

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/323114233>

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Book · February 2018

CITATIONS

0

READS

765

10 authors, including:



Jandir Ferrera de Lima

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

276 PUBLICATIONS 608 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Augusta Pelinski Raiher

State University of Ponta Grossa

59 PUBLICATIONS 137 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Felipe Druciaki

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)

6 PUBLICATIONS 2 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Tatiani Sobrinho Del Bianco

11 PUBLICATIONS 12 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Perceptions about the policy of regional development [View project](#)



Revista Informe GEPEC [View project](#)

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Organizadores

Bernardo Soares Bidarra
Francisco André Pedersen Voll
Jandir Ferrera de Lima

Autores

Augusta Pelinski Raiher
Camilo Freddy Mendoza Morejon,
Claudia Cristina Wesendonck
Felipe Polzin Druciaki,
Francisco André Pedersen Voll

Jandir Ferrera de Lima,
Mariangela Alice Pieruccini
Tatiani Sobrinho Del Bianco,
Walquíria Krüger Corrêa

**© 2018 Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) –
UNIOESTE/campus de Toledo**

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio, sem a prévia autorização dos detentores dos direitos autorais da obra. Todos os textos são de inteira responsabilidade dos seus autores.

Conselho Editorial do NDR-UNIOESTE:

Claudia Cristina Wesendonck – UERGS

Francisco André Pedersen Voll – Faculdade Iporã (PR)

Jandir Ferrera de Lima - UNIOESTE

Jossel Borges dos Santos – UEFS

Sinival Osório Pitaguari – UEL

Yvan Desbiens – UQAC/Canadá

**NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - NDR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
(UNIOESTE)**

Rua da Faculdade, 645 – Jardim Santa Maria

85903-000- Toledo - PR

Telefone: (45) 3379-7053

www.ndrunioeste.com.br

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU

Foz do Iguaçu, PR

Telefone: (45) 3576-7200

www.pti.org.br/pti@pti.org.br

EDITORA PARQUE ITAIPU

Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI)

Av. Tancredo Neves, 6731 - 85.867-900

Foz do Iguaçu - PR

Telefone: 00 55 (45) 3576.7200

Fax: 00 55 (45) 3576.7199

www.pti.org.br

E19

Economia e desenvolvimento territorial./ organizadores
Bernardo Soares Bidarra, Francisco André Pedersen
Voll, Jandir Ferrera de Lima – Foz do Iguaçu: Parque
Itaipu, 2017. –
130 p. il.

Vários autores.

ISBN 978-85-988-45-55-5

1. Desenvolvimento econômico – Brasil – Paraná.
2. Território - Economia I. Bidarra, Bernardo Soares. II.
Voll, Francisco André Pedersen. III. Lima, Jandir
Ferrera de Lima.

CDU 330.34(816.2)

**Ficha catalográfica elaborada por Ana Gabriela B. Freitas –
CRB 9ª/1725.**

SUMARIO

APRESENTAÇÃO	4
AS VARIÁVEIS PARA A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS NA HISTÓRIA	6
FRANCISCO ANDRÉ PEDERSEN VOLL	6
TERRITÓRIO, ECONOMIA E ANÁLISE GEOGRÁFICA.....	17
MARIANGELA ALICE PIERUCCINI	17
WALQUÍRIA KRÜGER CORRÊA	17
O CRESCIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL ...	28
JANDIR FERRERA DE LIMA	28
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONCEITO E ELEMENTOS	35
FELIPE POLZIN DRUCIAKI.....	35
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA	56
CLAUDIA CRISTINA WESENDONCK.....	56
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA.....	69
AUGUSTA PELINSKI RAIHER.....	69
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	93
CAMILO FREDDY MENDONZA MOREJON.....	93
JANDIR FERRERA DE LIMA	93
TATIANI SOBRINHO DEL BIANCO.....	93
BIBLIOGRAFIA	103
OS AUTORES E ORGANIZADORES	127

APRESENTAÇÃO

A Fundação Parque Tecnológico Itaipu (Fundação PTI-BR), em conjunto com o Programa Oeste em Desenvolvimento (POD) e o Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/campus de Toledo, apresenta esta coletânea de textos intitulada “Economia e Desenvolvimento Territorial”. Esta obra se junta aos esforços da Fundação PTI-BR em prol do desenvolvimento do território Oeste do Paraná, que vão desde a publicação de textos, boletim de dados, temas de conjuntura, cadernos municipais até a realização de ações em favor da formação das lideranças regionais e de servidores públicos, em especial os vinculados às prefeituras municipais e às autarquias governamentais. Todo esse esforço tem como objetivo estimular o desenvolvimento endógeno do território oeste do Paraná e fortalecer o papel da sociedade civil organizada na governança do desenvolvimento e no empreendedorismo inovador. Para atender a esse objetivo, essa obra traz conceitos, elementos e ferramentas metodológicas para compreender, monitorar e estimular o desenvolvimento territorial.

Avançar no desenvolvimento territorial exige a compreensão da natureza tangível e intangível do desenvolvimento, tanto nas suas dimensões social e econômica quanto na ambiental e institucional. Frente a essa necessidade, a obra começa com os textos “Território, Economia e Análise Geográfica” e “As Variáveis Para a Construção dos Territórios na História”, que expõem o conceito de território em ramos das ciências humanas e sociais, suas interações e como esse conceito interage no processo de desenvolvimento. na sequência, o texto “O Crescimento Econômico Territorial” discute como o estímulo ao crescimento econômico assume particularidades no território, que vão além da macroeconomia convencional. Apresentada as interações do conceito de território nas ciências sociais e humanas e as particularidades do crescimento econômico territorial, o (a) leitor (a) é apresentado aos textos “Desenvolvimento Territorial: Conceitos e Elementos” e “Desenvolvimento Territorial: Políticas Públicas e Governança”

que, juntos, analisam as particularidades do desenvolvimento socioeconômico em escala territorial e as ações necessárias para que os territórios periféricos ou subdesenvolvidos possam avançar em políticas de desenvolvimento. Para fechar a coletânea, os textos “Desenvolvimento Territorial: Uma Proposta Metodológica” e “Índice de Desenvolvimento Territorial Sustentável” apresentam e discutem ferramentas metodológicas para monitorar o desenvolvimento territorial a partir dos seus elementos tangíveis e intangíveis, ou seja, da dimensão humana, social, econômica e ambiental.

Ramiro Wahrhaftig

Diretor Superintendente- FPTI

AS VARIÁVEIS PARA A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS NA HISTÓRIA

FRANCISCO ANDRÉ PEDERSEN VOLL

Entender o conceito de território não é uma tarefa simples. Definições baseadas no pensamento convencional, sobretudo as que relacionam o território exclusivamente ao limite das fronteiras nacionais, a presença de estrutura jurídica e a busca pela sua expansão objetivando os recursos (gado, petróleo, ouro...) presentes no território de outro, são inadequadas e insuficientes para entender as especificidades da construção do território em contextos históricos diversos, sobretudo fora do que se chama de “mundo ocidental”.

Os diferentes tipos de força, empregados na construção dos territórios ao longo da história podem ser um elo comum que ligam a disputa pelos seus recursos, porém considerá-la como a única variável para a formação dos territórios é uma simplificação excessiva. A história mostra que existiram outras variáveis para o entendimento e constituição de territórios, a exemplo dos elementos étnicos e de identidade, que variaram de acordo com o contexto histórico.

Não são recentes as discussões, sobretudo na geografia, sobre o que, de fato, constituiu os conceitos de espaço e território. Nas últimas décadas, autores como Henry Lefebvre, Rogério Haesbaert e Milton Santos são alguns dos que se aprofundaram nesta questão.

Para Henry Lefebvre, o espaço (social) não é uma estrutura autônoma, mas sim um componente dialeticamente definido, das relações gerais que são sociais e espaciais. Lefebvre não considera o “espaço” enquanto uma mera superestrutura do marxismo tradicional, argumentando que o espaço não pode ser determinado em “planos” ou “níveis” hierarquizados, mas não abandona a abordagem marxista por completo e, sim, a aprofunda e acrescenta novos conceitos. Milton Santos afirma que a sociedade só é concretizada pelo espaço que ela

produz, uma vez que ambos são indissociáveis, ressaltando que o território em si não deve ser o alvo de uma análise social, mas sim o seu uso. Por fim, Rogério Haesbaert observa que não existe, ainda, um conceito claro de “território”, e diferente de vertentes que falam em “desterritorialização”, Haesbaert usa o termo “multiterritorialidade”, para se referir a um processo simultâneo de criação e destruição de territórios¹.

Longe de tentar fazer uma retrospectiva detalhada ou tentar estabelecer qual destas análises é a mais adequada ou correta, existe um elemento em comum entre estas definições de espaço e território; todas são construídas com uma preocupação clara com a sua contemporaneidade, principalmente com o mundo de mudanças rápidas do século XX.

Para entender os elementos que definiram a ocupação de espaços e criação de territórios em alguns contextos históricos, é necessário adotar um conceito geral que adequue diferentes variáveis que constituíram os territórios, principalmente em períodos remotos.

O território não é um fenômeno essencialmente físico, uma vez que é sempre limitado pela ação humana e para razões específicas. O próprio termo é utilizado na língua europeia desde o século XIV para definir jurisdições, mas pode-se afirmar que o conceito já existe anterior a este período². Qual seria o conceito adequado para ser utilizado em diferentes contextos? Pode-se partir do princípio de que onde houver território também exista paisagem e espaço.

O homem transforma o espaço natural em “paisagem” (entornos domesticados que se adequam a algum espaço prático ou estético) ou “espaço” (planícies desertas aplainadas sob os quais o narcisismo da espécie se consagra em edificações)³. O homem só pode adaptar-se, empreender transformação e estabelecer relações sociais em uma área na qual tenha algum domínio, constituindo, esta, a essência do território.

Com todas as diferenças contextuais em relação ao espaço e

¹ TONUCCI FILHO (2013).

² GOTTMAN (1975).

³ DEAN (1996).

tempo, um território será sempre resultado da ocupação humana e das diferentes relações que se estabelecem no seu interior. Este é um conceito relativamente simples, do qual independe se o que domina o território é uma pessoa, povo, estado ou outra organização social, bem como o tamanho (em área, pessoas, consumo...) que este poderá vir a ter. A título de exemplo, tanto o antigo Império Romano como o império do álcool que Al Capone estabeleceu na Chicago da década de 1920, são construções de territórios que se ajustam a este conceito geral, uma vez que ambos construíram ou determinaram regras, modo de vida e práticas sociais, que eram reconhecidas em seus respectivos contextos, em grande parte pelos elementos identitários que ajudavam a legitimar a territorialidade.

A partir daqui, vejamos uma análise de como elementos identitários, como a religião, os costumes e as instituições, criaram e definiram territórios ao longo da história, a partir de alguns contextos históricos específicos, começando pelas sociedades tradicionais (também comumente chamadas de primitivas).

O TERRITÓRIO DO MUNDO PRIMITIVO

Para as comunidades primitivas (tradicionais), a exemplo de povoados no Período Neolítico ou da Idade Média, a tradição e os costumes eram elementos suficientemente fortes para determinar a organização social. Estas organizações chegavam ao limite por pressões que abalavam a estrutura, fosse a escassez de terras férteis ou a invasão de uma tribo vizinha que almejasse a referida terra⁴.

Este período, marcado pela tradição enquanto determinante da organização social, é anterior à construção de estruturas burocráticas ou do mercado, mas a formação e delimitação de territórios já era prática estabelecida em diferentes partes do mundo. Tomemos como exemplo a chamada pré-história na América do Sul.

Na Mata Atlântica a presença humana data de aproximadamente onze mil anos, e a maneira como estes indivíduos se

⁴ HICKS (1972).

adaptavam a esta paisagem estava relacionada aos recursos; ocupavam geralmente um nicho entre dois sistemas bióticos (planícies e floresta) que ofereciam recursos tanto para as presas quanto para os caçadores. O esgotamento dos grandes animais levou a mudança das margens das baixadas para o continente, no qual encontraram recursos abundantes em ostras⁵. A ocupação, mesmo que sazonal de áreas de pesca, caça e coleta, constituem uma forma de território, uma vez que as populações, mesmo desprovidas de organizações sociais mais complexas, criavam relações e têm a sua atuação limitada a um determinado espaço.

Quando constituíam grupos, os indivíduos destes períodos remotos conseguiam construir um território e partilhavam os seus recursos, pois tinham uma identidade em comum que, por sua vez, formavam um grupo étnico, que continham elementos culturais e dinâmicos que os definiam. Os territórios passam a ganhar contornos mais claros uma vez que são disputados por outro grupo étnico.

Nos primeiros 500 anos da ocupação tupi nas baixadas da Mata Atlântica, seus habitantes implantavam aldeias onde era mais conveniente e estas eram construídas sem qualquer defesa ou barricada. Séculos depois, a competição pela região se intensificou com a disputa entre diferentes subgrupos tupis, e as aldeias eram transferidas para locais mais defensáveis e protegidas por paliçadas⁶. A luta pela sobrevivência passava pela construção e delimitação de territórios, agora ameaçados por um “outro”.

As disputas por áreas foram intensificadas drasticamente com a vinda dos europeus. Os grupos nativos (Tupi-Guarani, Goitacazes, Aimorés...), adotavam como forma de resistência ao invasor o isolamento, a fuga para regiões cada vez mais pobres, o que permitiu a preservação de uma herança biológica, social e cultural⁷. Esta preservação é resultado da construção de novos territórios em áreas que, antes, eram desconhecidas para estes sujeitos, com novas paisagens que exigiam, em maior ou menor grau, adaptação e mudanças no modo de vida.

⁵ DEAN (1996).

⁶ DEAN (1996).

⁷ FAUSTO (2012).

O TERRITÓRIO NO MUNDO ANTIGO: IDENTIDADE E ESTADO

As sociedades que conseguiram subsistir por mais tempo baseadas nos costumes e tradições, tendiam a ser aquelas que conseguiram se esconder em lugares inacessíveis e que raramente enfrentaram novas situações de grande perigo, podendo permanecer imperturbáveis por longos períodos. Quando uma sociedade é perturbada, sua organização tenderá a passar para o mando (despotismo militar), que nada mais é do que uma sociedade que vive principalmente do saque de outros grupos, sem que o déspota se destitua de todas as tradições, uma vez que, comumente, se aproveitava destas. As sociedades de mando tinham um limite, pois os saques não duravam para sempre, e aquele que desejava manter o seu poder tinha de saquear não o produto final, mas sim a capacidade de produzir, construindo para isso a burocracia, cujo aparato também permitiu a proteção da propriedade e dos contratos, dando as condições para a ascensão do mercado⁸. Toda esta evolução institucional não eliminou os elementos como os costumes e as tradições, mesmo a sua importância na construção dos territórios, como exemplifica a história na Europa Ocidental e também na Ásia.

Durante a antiguidade na Grécia e Itália, mesmo quando as sociedades de mando estavam em declínio e a burocracia e o mercado já estavam estabelecidos, os costumes e tradições, sobretudo a religião, continuaram tendo um papel significativo na construção dos respectivos territórios.

Os itálicos, gregos e hindus compartilhavam uma religião em comum, a religião doméstica, marcada pela presença do culto aos mortos e do fogo sagrado, ambos com um caráter divino. Esta religião era o elo principal que ligava a família antiga e regulamentava questões do direito como a herança, o casamento e a propriedade, deixando em segundo plano a questão geracional ou do afeto. Quando a população aumentava significativamente, era comum a união de famílias sem que

⁸ HICKS (1972).

estas abandonassem a sua religião doméstica. Esta união entre famílias foi chamada de *cúria* (em latim) ou *frátria* (na língua grega). A associação continuou a crescer, e as cúrias se associaram e formaram tribos e, posteriormente, fosse voluntário ou pelo uso da força, estabeleceram vínculos e formaram cidades, criando o espírito municipal, ligado pelos deuses da cidade⁹. A expansão territorial, incluindo aí a criação de colônias, esteve constantemente associada à religião no mundo antigo e ao espírito municipal, uma vez que sem os devidos ritos, sequer se pensava em expandir o próprio território ou tomar o alheio. Os modelos expansionistas de Grécia e Roma são adequados para exemplificar o território na antiguidade.

Os romanos e gregos não praticavam colonização como a conhecida nos moldes modernos, uma vez que suas colônias constituíam um estado independente. Porém, existia o laço religioso entre a cidade-mãe e a colônia, que dividiam o mesmo culto fundador¹⁰. Estas colônias constituíam, então, parte do território da metrópole (Roma, Atenas, Esparta...), mesmo que a máquina do Estado destas colônias fosse um organismo em separado da metrópole.

A relação de Atenas com suas colônias demonstra a força dos elementos comuns de identidade. Entre 499-494 a.C aconteceu na região da Jônia asiática (parte da atual Turquia) a revolta jônica-*antipersa*, iniciada por colônias gregas estabelecidas na Ásia. Tal revolta gerou uma repressão, por parte de Dario I (imperador Persa) a toda Grécia, conquistando *póleis* gregas, entre elas a de Mileto. A agressão persa levou ao apoio de metrópoles gregas como Atenas e Erétria a declararem guerra contra os persas¹¹. Não existem muitas dúvidas sobre o que motivou o avanço persa sobre as cidades gregas, uma vez que a conquista destas representava a ampliação do seu território e uma arrecadação maior para a burocracia do império. A motivação dos gregos (atenienses e erétrios) para apoiar estas colônias militarmente podia ter motivação econômica, a exemplo do controle das rotas do mar do Egeu, porém o vínculo de identidade, sobretudo no

⁹ COULANGES (2004).

¹⁰ COULANGES (2004).

¹¹ DURANDO (2005).

aspecto religioso, como o culto fundador que unia metrópoles e colônias, criou um território além dos limites das respectivas cidades estado, era um território em comum ligado pela religião.

Os elementos de identidade que permitiam a construção territorial mudaram, alguns se transformaram e foram perdendo a sua relevância inicial, enquanto outros novos ganharam importância social. Este processo pôde ser observado durante a expansão romana

Roma ainda como uma república jovem, entrou em sucessivos confrontos com outras cidades e povos (etruscos, gauleses, úmbrios, samnitas e outros) por volta de 290 a.C pelo domínio da península itálica, cujo resultado foi a formação de um Estado federal romano-latino e o domínio de um amplo território do qual floresceram colônias¹². A expansão territorial romana foi única em seu tempo, sua população era uma miscelânea de várias raças, seu lar nacional uma associação de outras, a sua religião não a isolava das demais como faziam outras cidades-estados. Roma juntava os habitantes de cidades vencidas e, aos poucos, os foram transformando em romanos. Conforme Roma foi criando o seu império, o espírito municipal, baseado no amor à cidade e aos seus deuses foi desaparecendo, a pátria passava a ser amada pelas suas instituições. Este processo levou inclusive aos habitantes da Grécia conquistada, que em um primeiro momento desejou manter sua autonomia política, a desejarem tornarem-se romanos, vendo Roma, e não mais nas suas próprias cidades, como a verdadeira pátria¹³. Tanto os fatores religiosos como, posteriormente, os institucionais, tornaram-se instrumentos de identidade e tiveram um papel decisivo na delimitação dos territórios na antiguidade. Mesmo no extremo oriente, os elementos identitários também foram significativos para as construções dos territórios.

Tanto a história da Índia como da China foram marcadas por constantes disputas de dinastias, construção de reinos e desintegração destes, em um processo de mudança constante das fronteiras. A partir do século III a China setentrional sofria com o caos político, econômico

¹² LIBERATI e BOURBON (2005).

¹³ COULANGES (2004).

e administrativo, o que levou às invasões de povos bárbaros que se aproveitaram desta situação e ocuparam a região, intensificando ainda mais o êxodo para o sul. Este processo levou ao “achinesamento” da região meridional, sobretudo com a vinda do aparato burocrático tipicamente chinês (corte imperial, funcionários, artistas...) ¹⁴. A construção do território Chinês se deu, sobretudo pelos elementos de identidade que foram sendo colocados e intensificados neste novo espaço.

Por esta retrospectiva já é possível constatar quais elementos tiveram peso nas formações territoriais em tempos mais remotos. Não é possível afirmar que estes elementos identitários perderam a importância, mas à medida que o mundo caminhava para a globalização, novas variáveis tomaram relevância na construção dos territórios, a exemplo da proliferação de mercadorias e do fortalecimento dos estados nacionais.

Uma sociedade de mercado é aquela em que o comércio ganhou importância social, em que determinados indivíduos se especializam no comércio, o que difere dos atos isolados de troca, sem compromisso de continuidade entre as partes envolvidas ¹⁵. Embora as sociedades de mercado já existam desde a chamada Idade Antiga, a exemplo dos fenícios, gregos e romanos que constituíram sociedades de mercado, é na história contemporânea que o mercado se estabelece em praticamente todos os cantos do globo e com uma importância social mais elevada.

Embora as diferentes partes do mundo fossem gradualmente tendo contato umas com as outras, foi, sobretudo nos séculos XV e XVI que o maior choque de culturas e modo de vida foi registrado. Em uma divisão dos últimos cinco séculos de história mundial, certamente o fortalecimento dos estados nacionais e a ascensão do capitalismo figurariam como pontos centrais, mas ambos não seriam viáveis ou tão relevantes sem o que ficou conhecido como “as grandes navegações”, acontecimento que redefiniu a geopolítica mundial.

¹⁴ GIORDANI (1996).

¹⁵ HICKS (1972).

O TERRITÓRIO NO MUNDO GLOBALIZADO

O mundo das mercadorias criou novos territórios, não limitados por fronteiras estabelecidas pelos costumes tradicionais ou pelos antigos estados e seus aparelhos burocráticos e, sim, por uma multiplicidade de mercadorias que cruzavam oceanos, conquistavam novos mercados, destruíam antigas relações enquanto formavam novas.

Assim como nos casos anteriores, alguns exemplos podem exemplificar um quadro geral deste movimento originário do ocidente.

Com a descoberta da América e a abertura dos mercados das Índias orientais e da China, os meios de troca e de mercadorias multiplicaram-se e imprimiram mudanças na sociedade feudal já em degradação. Aumentou-se a necessidade de novos produtos e a indústria moderna tomou o lugar que antes pertencia à manufatura¹⁶. O século XIX foi marcado por transformações de fronteiras e, por conseguinte, dos múltiplos territórios existentes.

Na geografia política, a Revolução Francesa colocou fim à Idade Média, e o Estado moderno, que já estava em desenvolvimento (como visto anteriormente) é uma área ininterrupta e territorialmente coerente, com fronteiras bem definidas, governada por autoridade soberana. A manutenção de territórios em separado, como os existentes dentro do Sagrado Império Romano, foram sendo abolidos por revoluções, guerras, tratados de paz e congressos¹⁷. No século XIX a maior parte do mundo passava por uma “ocidentalização”, em que as antigas relações eram adaptadas, convertidas ou destruídas para o modelo capitalista (ocidental).

O mundo na década de 1840 era completamente dominado por potências europeias e também pelos Estados Unidos, e a Guerra do Ópio (1839 – 1842) mostrou que a última grande potência não europeia, o Império da China, era incapaz de resistir a uma agressão econômica e militar vinda do ocidente, sendo forçada a abrir os seus portos à Grã-Bretanha, maior potência da época, pelos seus canhões, comércio e

¹⁶ MARX e ENGELS (2010).

¹⁷ HOBSBAWM (2010).

bíblias¹⁸. Foi entre o final do século XIX e início do XX que a economia e a política haviam se fundido¹⁹. Para este “mundo das mercadorias”, as antigas relações tinham pouca importância, os antigos territórios foram recortados e ocupados pelas novas relações de consumo e produção.

VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NA FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS

A história mostra que a formação dos territórios, fosse pelos costumes, tradução, força, lei, relações de produção ou de qualquer outra variável, sempre teve um duplo caráter e ambos não devem ser desprezados ou hierarquizados; o território é constituído enquanto uma área de vivência e de conflito. É desnecessário entrar em detalhes amplamente conhecidos sobre as inúmeras carnificinas da história para a ampliação territorial.

Em uma escala cósmica, a superfície do planeta é insignificante, porém é coberta do sangue para que alguns indivíduos fossem mestres momentâneos de uma pequena fração desta superfície. As crueldades cometidas por habitantes de um canto de um ponto do planeta em relação aos seus iguais, de outro canto, não pode ser medida²⁰.

Apesar de a violência estar historicamente relacionada ao conceito de território, este também está igualmente relacionado à resistência e à manutenção de um modo de vida e dos seus elementos, uma vez que a territorialidade é resultado das relações humanas, da construção de grupos e dos seus espaços de vivência, todos necessários para a sobrevivência.

A construção dos territórios foi além das fronteiras dos grandes estados (Roma, Constantinopla, Moscou, Berlim, Washington...) esteve presente também nos inúmeros quilombos no Brasil escravocrata e na resistência do Gueto de Varsóvia, na Polônia,

¹⁸ HOBBSAWM (2010).

¹⁹ HOBBSAWM (1995).

²⁰ SAGAN (1996).

em 1943, e em tantos outros eventos que representaram a resistência contra um território imposto pela força, ao mesmo tempo em que se tentava manter um anterior, ou mesmo, criar um novo.

TERRITÓRIO, ECONOMIA E ANÁLISE GEOGRÁFICA

Mariangela alice Pieruccini
Walquíria Krüger Corrêa

Inúmeras expressões do cotidiano econômico desdobram-se no território e, em seus atributos, revelam-se como territorialidades ali presentes. Não existe vida econômica sem território e, a partir dos territórios estabelecidos, também podem ser reconhecidos os inúmeros desequilíbrios do capitalismo em sua lógica de apropriação. O ensaio aqui proposto tem como objetivo apresentar conteúdos de natureza geoeconômica ligados à concepção de território. Outro aspecto abordado diz respeito à escala e ao dimensionamento dos fenômenos geográficos em face da organização complexa que assume o território. Assim, há um conjunto de atividades econômicas que são concretizadas no território.

Por meio dessa articulação, ou seja, mediante as inúmeras atividades econômicas que se estabelecem, compreende-se, com maior clareza, de que modo o meio técnico-científico e informacional age sobre os territórios, modificando seus conteúdos.

O território expressa as ações humanas e permite, em sua leitura, que se compreenda a vida em sociedade. Por meio dele é possível reconhecer as diferenças ou similitudes que se esboçam no espaço, à medida que o modo de produção capitalista avança em diferentes direções e alteram constantemente as funções produtivas presentes. Dessa maneira, tal categoria se constitui na referência teórica elencada para amparar os conteúdos propostos nos ensaios aqui elaborados, dentre tantas outras referências importantes no pensamento geográfico como espaço, paisagem e região.

Frente ao exposto, este texto contribui para a sistematização dos elementos econômicos presentes no âmbito das discussões sobre desenvolvimento socioeconômico, além das questões ambientais em

sua interpretação geográfica, considerando ainda a importância das ações das políticas públicas na busca de formulações mais coerentes em âmbito territorial.

Admite-se, a princípio, que a reestruturação tecno-econômica modifica a vida no território, proporcionando novas territorialidades em distintas escalas. O plano proposto para esse capítulo enfoca, a princípio, o entendimento do território em diferentes momentos da análise geográfica.

O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA

Numa orientação teórico-metodológica particular observa-se que “território não é sinônimo de espaço, ainda que, para alguns, ambas as palavras apresentem o mesmo significado”. Conceito derivado do latim, *terra* e *torium*, etimologicamente significa “[...] terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação”²¹.

Como conteúdo epistemológico, o território vincula-se à Ciência Política e também à Geografia. As orientações propostas traziam, num primeiro momento, o Estado como elemento fundamental para a discussão do território. Assim: o território surge como o espaço concreto, apropriado, ocupado por um grupo. Isso permite a geração de identidade, pois um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território. Isso configurou uma relativa indistinção, ou seja, rigidez entre o uso dos termos espaço e território²².

A espacialidade vincula-se a outros dois conceitos essenciais, a saber, o espaço vital e o território. A propriedade de determinado espaço sugere um território. Assim, propriedade e luta pelo território são colocadas como elementos comuns da história²³. Nesse sentido seria imperativa a necessidade de um território com recursos naturais suficientes para sua população, recursos esses que seriam utilizados a

²¹ CORRÊA (2002).

²² SOUZA (2001).

²³ SCHNEIDER e TARTARUGA (2005).

partir das capacidades tecnológicas existentes. Na evolução dos diferentes modos de produção tais condicionantes tecnológicos desempenharam papel fundamental para a manutenção da vida no território.

Uma interessante contraposição ao pensamento ratzeliano e ao determinismo subsequente surge na Geografia Francesa com Vidal de La Blache e a visão possibilista. No conjunto de reflexões propostas naquele momento, é o conceito de região que se coloca como prioritário em fins do século XIX e início do século XX. Dificilmente caberia ao conceito de território constituir-se como instrumento apolítico e de neutralidade científica desejável²⁴. Soma-se a esse fato a ascensão do nazismo no período entre guerras e a retomada das teorias ratzelianas durante a Segunda Guerra Mundial como primado da Geopolítica naquele momento. Nesse contexto, o conceito de região tornou-se essencial na análise geográfica; desdobrou-se, portanto, certo abandono da ideia de território até meados da década de 1970.

Ao longo da década de 1970, coube ao geógrafo norte-americano, Jean Gottmann, uma retomada do conceito de território com um novo enfoque, que priorizava problemas atuais como globalização, terrorismo e integração europeia. Sugeria-se uma elevada fluidez que se estruturava nos avanços tecnológicos, proporcionando complementaridades entre os Estados²⁵.

Vale acrescentar também que, para Raffestin, “[...] o espaço é anterior ao território”²⁶. Assim, o território é uma reordenação do espaço cuja ordem busca, dentro dos sistemas informacionais, um arranjo pertencente a uma cultura. Nesse sentido, esse território refere-se a um trabalho humano que se exerce sobre uma porção do espaço, mas também a uma combinação complexa de forças e ações mecânicas, psíquicas, químicas, orgânicas²⁷.

A definição de território aqui presente refere-se, essencialmente, ao trabalho humano modificando o ambiente. Diante

²⁴ SCHNEIDER e TARTARUGA (2005).

²⁵ SCHNEIDER e TARTARUGA (2005).

²⁶ SOUZA (2001).

²⁷ RAFFESTIN (2006).

disso, quando os homens interagem com um espaço, transformando a natureza (espaço natural) por meio do trabalho, criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, configura-se um território e não apenas um espaço econômico²⁸.

Por intermédio da valorização do território são reforçadas as estruturas de poder que se manifestam nas estratégias regionais e locais. Assim, coloca-se em proeminência uma geografia do poder ou dos poderes, e uma melhor significação da geografia política bem como dos desequilíbrios provocados pela polarização. Claude Raffestin referiu-se a tais estratégias como representação social do poder que se desdobram em processos contínuos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, baseados, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação face à sociedade que opera em rede; em outras palavras, a informação, ou não, de símbolos e/ou de significados pode fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização)²⁹.

Vale acrescentar a esse enfoque analítico uma concepção de território como mediação entre o mundo e o local. Em sua funcionalização, o “Mundo” necessita da mediação entre os lugares segundo suas virtualidades e conforme os usos que lhe é específico³⁰.

É possível, ainda, avançar na interpretação do território ao considerá-lo como um campo de forças. “[...] uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)”³¹.

Outra importante contribuição ao conceito de território compreende o território como territorialidade humana e em suas motivações. Diante disso, ocorrem os fluxos, os territórios móveis no espaço e também territórios fixos, ainda em sua grande maioria. Nessa nova estrutura de organização do sistema capitalista, o sistema de

²⁸ SOUZA (2001).

²⁹ SCHNEIDER e TARTARUGA (2005).

³⁰ SANTOS (2004).

³¹ SOUZA (2001).

objetos e o sistema de ações propostos por Milton Santos produzem uma nova ordem mundial.

Para a discussão do território como categoria geográfica faz-se necessário pensá-lo como ato de produzir e viver. Desse modo, esse mesmo território se elabora em função do processo de produção, das formas de regulação, e ainda em função do mercado-mundo³². Busca-se, desse modo, a interpretação do território em mudança, em processo. “Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos”³³.

Essa reflexão possibilita, novamente, o entendimento do território como campo de forças. A partir dessa interpretação, é importante observar a existência de uma dialética que se diferencia daquela proposta pela análise marxista e que se apresenta ativamente no mundo moderno³⁴. A construção analítica em questão propõe uma influência bastante significativa de empresas com graus de encadeamento produtivo bastante intenso a ponto de modificar a dinâmica dos territórios mediante a concentração das atividades econômicas, principalmente industriais, e pela contraposição entre a lógica do mercado e a presença do Estado.

Desse modo, François Perroux chamava a atenção para as decisões geradas pelas empresas motrizes que, controlando instalações e explorações em áreas as mais diversas do globo, eram muitas vezes mais importantes que as nações e os próprios Estados³⁵. Então, o conceito de território encontra-se intrinsecamente associado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, vincula-se a ideia de território à ideia de poder, muito mais do que uma relação com

³² Cabe acrescentar nesse sentido que o mercado não é categoria de análise. O mercado é uma grande palavra que, para ser transformada em categoria de análise, tem que ser muito esmiuçada. Cada ramo do mercado, para não usar outra palavra, tem um comportamento diferente, produz uma topologia própria, isto é, uma distribuição no território, mas também o uso do território e demandas relacionadas a esse uso. Devem ser considerados conflitos entre classes, os conflitos entre localidades e áreas e os conflitos entre velocidades, dentro do território. Como sabemos a velocidade não é um dado da técnica, é um dado da política. Assim, podemos incluir a noção de velocidade como uma das características de análise do território (SANTOS, 1999, p.20).

³³ SANTOS (1999).

³⁴ PERROUX (1970).

³⁵ ANDRADE (2002).

categorias como espaço e região³⁶.

Quando se procura refletir sobre território, sua gênese, várias possibilidades podem ser apresentadas. Nesse sentido, as características geocológicas, os recursos naturais, as dimensões econômico-produtivas e a identidade dos grupos sociais são consideradas para uma orientação introdutória. Entretanto, quando se procura compreender a dinâmica territorial observa-se o território como espaço de exercício de poder.

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p.ex. uma rua) à internacional (p.ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte -OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma experiência periódica, cíclica.

Por meio da configuração territorial são vislumbradas as interações entre as escalas superiores, inerentes aos processos de globalização e as escalas do cotidiano, horizontalizadas. As vivências são reconhecidas nessas escalas mais restritas, como por exemplo, nas especificidades da relação entre cidade e campo. Portanto, o espaço, transformado em território pelas práticas espaciais de seus habitantes, não é apenas de domínio de quem o administra, ordena e controla utilizando representações do espaço, mas também, da interação dinâmica e fluida entre o local e o global, o individual e o coletivo, o privado e o público, a resistência e a dominação³⁷.

Analisando a lógica da construção do território, considerando-o como expressão concreta da interação social proposta anteriormente, destaca-se a estrutura como síntese de uma realidade contraditória. Isso explicita uma orientação vinculada à lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção que se elabora por meio de regulações supra estruturais³⁸.

³⁶ ANDRADE (2002).

³⁷ RUA (2003).

³⁸ OLIVEIRA (1999).

Desse modo, analisa-se a territorialidade de forma diferenciada, pois ela só se torna possível por meio da presença humana, que se desdobra em novas materialidades estabelecendo usos para o território de acordo com seus objetivos, transformando o ambiente produtivo.

Desse modo, o estoque de conhecimento sinaliza as alterações no ambiente produtivo, criando novas possibilidades de organização social e política, bem como territorialidades advindas da nova espacialização dos processos produtivos. Identificam-se, assim, os estreitos vínculos entre o fenômeno da globalização e o território. A inovação tecnológica representada pelas redes transnacionais de circulação e comunicação permite, a um só tempo, a globalização e a diferenciação espacial resultando na valorização seletiva dos territórios de acordo com as condições de acumulação de capital vigentes³⁹.

A valorização seletiva dos territórios pode ser exemplificada por meio de alternativas e possibilidades locais.

A Geografia contribui para a compreensão dessas estratégias, pois a existência de ordenamentos territoriais diversos somente é possível mediante as escalas geográficas.

AS POSSIBILIDADES DA ESCALA GEOGRÁFICA PARA APRENDER AS DIMENSÕES DO TERRITÓRIO

É mediante a inserção da escala que se compreende mais facilmente o movimento do universal para o particular. A escala perpassa a representação gráfica do território, transformando-se num importante instrumento para apreender o empírico. Apoiando-se nessa ótica, pode-se dizer que a escala possibilita a observação e o dimensionamento de fenômenos geográficos e pode ser utilizada para apreensão das transformações em curso em diferentes territórios.

Em sua estrutura analítica, a escala pode ser compreendida como “[...] uma estratégia de aproximação do real”⁴⁰. Todavia, não há

³⁹ BECKER (2001).

⁴⁰ CASTRO (2001).

fragmentação do real, mas sim sua apreensão e a possibilidade da leitura geográfica ali necessária.

Desse modo, a escala define a pertinência da medida dos fenômenos, que se modificam conforme o ângulo observado. Há que se acrescentar que não se pode considerar um recorte empírico do espaço que esteja dissociado de fenômenos mais amplos. Nesse sentido, afirmam ser necessário traduzir atitudes e ações em uma escala⁴¹.

Na necessária correlação entre o espaço globalizado e o lugar, considerando o real e a sua representação, traduzem-se “grandezas visíveis”. A escala supõe projetividade, ou seja, apresenta um conjunto de configurações (projeção de outras projeções) conservando entre si relações harmônicas⁴².

Vale acrescentar nessa discussão, a referência à escala como processo. Então devem ser enfatizadas as dimensões transescalares e multi-escalares diante da complexa organização assumida pelo território. Como exemplo, apreende-se que, não se pode pensar o urbano e o rural, o global e o local, como polaridades, mas como interações assimétricas que não devem silenciar as intensas disputas sócio espaciais que obrigam a permanentes reconfigurações das escalas de ação⁴³.

Posta a questão da escala como possibilidade de mediação entre o espaço globalizado e o local em suas múltiplas caracterizações, são apresentados, na sequência, aspectos vinculados a essa dinâmica. Nesse sentido, a interpretação da globalização se faz como processo econômico que indica a expansão do capitalismo por meio de técnicas e novas estruturas, novos padrões de consumo, criando-se outras possibilidades de acumulação num período técnico-científico e informacional. Disso decorre a importância de compreender o processo de globalização e/ou mundialização como uma das escalas que interferem em recortes territoriais delimitados.

A escala global fundamenta-se em dois elementos da modernidade: a economia capitalista e o sistema de Estados-nações.

⁴¹ ISNARD et al. (1981).

⁴² MERLEAU-PONTY (1964).

⁴³ RUA (2002).

Além disso, presume-se um processo de anterioridade na formação econômica do mundo moderno que pode ser visto sob três ângulos, ou seja, primeiramente por intermédio da intensificação do esforço acumulativo mediante a elevação da poupança de certas coletividades; em segundo lugar, mediante a ampliação do horizonte de possibilidades técnicas e, finalmente, por meio do aumento da parcela da população com acesso a novos padrões de consumo. Não se trata de três processos distintos, mas de três faces em interação de um só processo histórico⁴⁴.

Nessa interpretação, o meio técnico-científico e informacional permite que novos produtos sejam concebidos, bem como novas demandas criadas em diferentes áreas. Configura-se o que o autor denomina como “imperativo tecnológico”, um evento de intensidade correlato ao processo de industrialização experimentado pela sociedade moderna nos séculos XVIII e XIX. As novas ordenações socioprodutivas, amparadas em estratégias diferenciadas de reprodução do capital, as novas possibilidades para obtenção de lucro são cada vez mais complexas. Assim, observando a multiplicidade de interpretações para a dinâmica capitalista, percebe-se que a globalização expressa as forças do mercado, libertas de regulamentações e imposições.

Esse novo momento do capitalismo traduz diferentes caracterizações estruturadas em fluxos, trocas de tecnologia, cultura, informações, por considerações vinculadas à modernidade e sua configuração ideológica. Nessa interpretação, ressalta-se a acentuada expansão global de relações de produção vinculadas ao mercado. Cabe acrescentar que as complexidades desse processo não permitem configurá-lo como um estágio final do sistema capitalista, mas sim considerar, na evolução do capitalismo, novas possibilidades mediante a crescente internacionalização da acumulação.

Surge uma nova distribuição histórico-geográfica, política e cultural das estratégias da divisão social do trabalho em nível global, produzindo novas espacializações produtivas. Nesse processo ocorre, inicialmente, uma elevada mobilidade de capital em diferentes regiões,

⁴⁴ FURTADO (2001).

além da ampliação dos fluxos financeiros. Nesse aspecto se inclui a “financeirização do capital”, ou seja, a globalização financeira.

Além da já mencionada “financeirização” verifica-se, ainda como característica desse processo, a concorrência entre os espaços em diferentes escalas, sejam locais, nacionais ou blocos inter-regionais. Isso remete a uma segunda imposição estratégica pautada na intensificação dos fluxos em suas especificidades, atendendo conjuntamente aos imperativos do mercado. As estratégias das empresas, nesse ambiente, visam ampliar a eficiência e a competitividade, modificando profundamente as dinâmicas produtivas locais. Assim, os grupos industriais tendem a se reorganizar na forma de empresas-rede. Centraliza-se o capital, descentralizam-se as operações, diante das possibilidades proporcionadas pelo meio técnico-científico e informacional.

Outra característica desse processo vincula-se à crescente transnacionalização das economias. Há, desse modo, a emergência das redes como estratégia de legitimação no ambiente macroeconômico. Configura-se, por exemplo, um “espaço de rivalidade industrial”⁴⁵, diminuindo sensivelmente o controle das trocas. Na visão desse autor, a hierarquia das regiões, bem como a rede mundial dos pontos que lhe está mais estreitamente associada, aparece claramente nesse mapa. É a lógica das fusões e aquisições que geram relações de interdependência entre os lugares.

Há que se apresentar, ainda, nesse contexto, a complexificação do papel do Estado, ou seja, são produzidas numerosas funções e novos marcos regulatórios num ambiente institucional cada vez mais dependente de instâncias decisórias mais ampliadas. Como exemplo, pode-se mencionar as dificuldades no estabelecimento das regras comerciais quando ocorrem

as rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC), principalmente aquelas voltadas aos produtos agrícolas. Isso conduz à discussão amparada na geopolítica e nos novos usos do território, decorrentes das estratégias adotadas em escalas globais.

⁴⁵ CHESNAIS (1996).

Buscam-se, dessa forma, novos conteúdos científicos, técnicos e informacionais⁴⁶.

Nesses novos conteúdos, estão implícitos os sistemas de ação e de objetos como um conjunto indissociável, solidário, contraditório e complexo⁴⁷. Criam-se vinculações pertinentes à técnica e às unidades de funções e forças na produção dos bens e serviços, caracterizando-se ações dotadas de propósito que alteram as características dos objetos. Nesse processo é inerente a transformação da natureza mediante a ação humana ao longo da história. Ou seja, os territórios se tornaram um elemento importante ao longo do processo histórico de desenvolvimento.

⁴⁶ BECKER (2001).

⁴⁷ SANTOS (2004; 1999).

O CRESCIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL

JANDIR FERRERA DE LIMA

Ao longo do processo histórico de desenvolvimento, a dinâmica econômica de um espaço geográfico está ligada a fatores endógenos ou exógenos. Os fatores exógenos são externos ao espaço de referência, pois resultam de intervenções vindas do alto, seja pela ação do Estado ou da iniciativa privada de outras regiões. No caso, alguns espaços são atrativos a investimentos externos por conta da sua disponibilidade de recursos naturais, a qualificação da sua mão de obra, a proximidade com mercados maiores ou pela disponibilidade de recursos governamentais específicos, geralmente advindos de fundos regionais de desenvolvimento ou similares. Já os fatores endógenos se relacionam diretamente com as intervenções advindas pela base local, ou seja, eles ocorrem pela ação do empreendedorismo individual dos cidadãos ou pela ação de organizações da sociedade civil. Em alguns casos, empreendedores individuais domiciliados no território vislumbram oportunidades de negócios, mobilizam recursos e desenvolvem ações que resultam em novos modelos de negócios e oportunidades de emprego e renda. Noutros casos, são as associações, cooperativas ou movimentos sociais que estimulam o surgimento de oportunidades de emprego e renda e, com isso, estimulam o crescimento das economias territoriais.

Então, para aqueles territórios que não são atrativos ao capital externo, cabe-lhes estimular as forças territoriais, que são endógenas ao território. Por mais que haja programas governamentais ou linhas de crédito para o empreendedorismo local, as forças territoriais sempre serão dependentes de movimentos que ocorrem na base, ou seja, do empreendedorismo ou da capacidade de mobilização da sociedade civil organizada. Isso não impede as ações do Estado, enquanto fomentador e

articulador de políticas de desenvolvimento. Porém, ao longo da história se observam comunidades que avançaram no seu processo de desenvolvimento dependendo menos do Estado e mais do esforço dos membros de suas comunidades. Por isso, para compreender as forças territoriais, deve-se compreender como a renda se dinamiza internamente nos territórios.

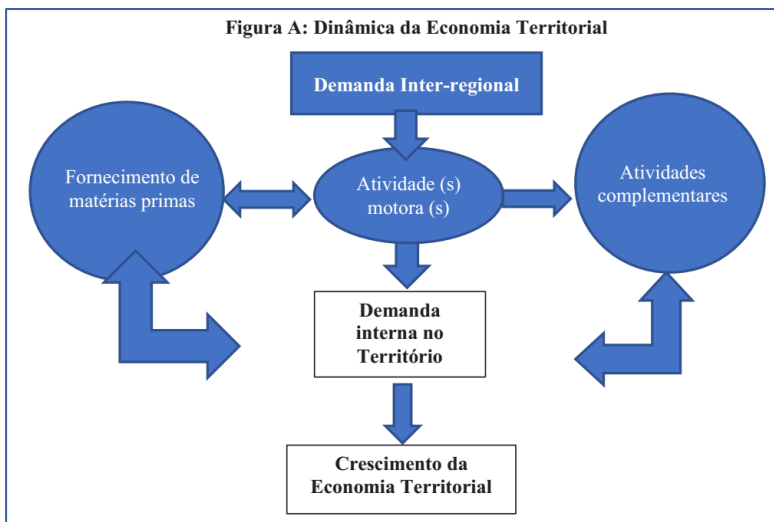
A DINÂMICA DA ECONOMIA TERRITORIAL

No processo histórico de desenvolvimento, a dinâmica dos territórios é feita de centragens e recentragens. Isso significa que os polos nascem e podem entrar em declínio. Ou seja, ao longo do tempo as economias necessitam de investimentos, reinvestimentos e acumulação de capital para manter sua capacidade de gerar renda, empregos e ampliar as oportunidades. E, com isso, estimular novos investimentos e reinvestimentos. Quando uma economia entra num ciclo virtuoso de crescimento econômico, o ciclo precisa ser realimentado ao longo do tempo, se não a economia pode entrar em declínio. O mesmo se aplica para a economia dos territórios.

Em termos puramente econômicos, isso significa que os territórios não estão imunes às oscilações da economia e seus ciclos econômicos. Eles podem ser beneficiados, por exemplo, pela dinâmica da economia nacional ou mundial que os levam de arrasto. Nesse caso, o território acompanha uma dinâmica econômica que é maior que a dele próprio. Com isso, sua taxa de crescimento será sempre dependente de movimentos exógenos ao seu espaço territorial. Há casos de territórios que crescem apenas quando a economia nacional avança, e entram em declínio frente às crises da economia nacional. Nesse caso, a estrutura da sua economia está atrelada, exclusivamente, ao movimento de fatores exógenos ligados à espacialidade da nação. Em outros, a espacialidade está atrelada à vassalagem exclusiva com grandes centros econômicos. Por exemplo, ao se observar a economia colonial se nota que a dinâmica da colônia depende do dinamismo da metrópole. Como a colônia não goza de autonomia, então, toda e qualquer necessidade de

investimento depende do cenário imposto pela metrópole colonial.

No caso da economia capitalista, na qual mais e mais as economias são interdependentes, o avanço da dinâmica econômica dos territórios depende de como ele se insere no movimento da economia nacional e internacional. Economicamente, o avanço do território no processo de crescimento econômico depende do desenvolvimento de atividades econômicas motoras, que sejam capazes de estimular outros ramos de atividades internas no território, que atendam o mercado interno ou que se encadeiem com as atividades motoras tanto fornecendo matérias-primas, como bens e serviços complementares. Esse encadeamento produtivo se dá fortemente em escala local, mas ao longo do tempo pode interagir com outras cadeias produtivas em escala interterritorial. A Figura A ilustra essa situação.



A Figura A esboça como a atividade motora se insere estimulando a demanda por matérias-primas e estimulando atividades complementares, seja pela demanda de bens e serviços seja pela renda gerada em salários e remuneração de fatores de produção. Por meio da

Figura também se pode afirmar que a economia dos territórios e seu dinamismo dependem de atividades que se insiram no comércio inter-regional e sejam capazes de estimular a formação de cadeias produtivas.

Por vezes, os pequenos negócios comerciais e de serviços que surgem estimulados pela demanda interna do território ganham escala e se tornam multiterritoriais, buscando outros espaços para ampliar sua margem de atuação. A renda repatriada ao território de origem gera novos investimentos, que ampliam o dinamismo da economia territorial.

Em certos territórios há o antagonismo do que foi apresentado na Figura A, pois suas atividades produtivas se inserem no comércio inter-regional, mas não são capazes de gerar grandes encadeamentos produtivos. Em alguns casos, a massa salarial gerada não estimula o mercado interno de forma significativa. Isso se observa em territórios marcados pela existência de grandes propriedades extrativas de recursos naturais, altamente tecnificadas, que não são capazes de gerar massa salarial e demanda interna. Por vezes, seus lucros são repatriados a grandes centros urbanos, onde são investidos e reinvestidos em detrimento dos seus territórios de origem. Ou seja, os territórios que ganham em termos de crescimento econômico são aqueles que têm a capacidade de transformar massa salarial e lucros em demanda interna e reinvestimentos no próprio território, ampliando a acumulação de capital e estimulando novas especializações, diversificando a base produtiva.

Há o caso de economias territoriais que sempre ficam dependentes de uma ou poucas atividades motoras e não conseguem diversificar suas atividades acessórias, ligadas tanto ao setor secundário quanto terciário. Nesse caso, esses territórios também não conseguem estimular a difusão das suas empresas em outros espaços, criando uma rede de empreendimentos multiterritoriais. Em geral, essas economias territoriais são economias cuja taxa de crescimento econômico fica estável ao longo do tempo e muito suscetíveis ao movimento dos ciclos econômicos. Ou seja, ao longo do tempo, os territórios que ganham em

termos econômicos são aqueles capazes de criar novas atividades econômicas além das originais, se multiespecializando, formando novos atrativos em termos de comércio e serviços.

Frente ao exposto, a amplitude da acumulação de capital e, conseqüentemente, do crescimento econômico nos territórios depende também da sua capacidade de criar multi especializações em atividades motoras, diversificar suas atividades complementares e criar mecanismos que fortaleçam o mercado interno e repatriem lucros e capital. Nesse ponto, o fator endógeno, interno ao território, se torna mais e mais decisivo, pois grandes grupos empresariais, em sua maioria, nascem pequenos. Porém, o tino empreendedor, as inovações e as oportunidades de negócios que se apresentaram ao longo do tempo os fizeram grandes. Nesse caso, a inovação surgiu da criatividade e da vontade de empreender, crescer e se expandir, assumindo riscos e reinvestindo recursos na ampliação da base produtiva, marcando presença em outros territórios, fortalecendo as relações interterritoriais de produção.

ACELERAR A DINÂMICA DA ECONOMIA TERRITORIAL

De um lado, a arrancada do crescimento das economias territoriais depende de como ela se insere no mercado interterritorial por meio do empreendedorismo local. De outro, a manutenção desse crescimento depende, cada vez mais, de ganhos oriundos da produtividade e competitividade da (s) atividade (s) motora (s).

Já a manutenção da dinâmica territorial, de forma mais independente da atividade motora que gerou o processo de arrancada, dependerá de três situações: a primeira, da capacidade de atividades complementares ficarem mais autônomas e ganharem o mercado interterritorial. Isso significa ampliar as atividades de base ou motoras, criando um sistema territorial de crescimento econômico mais diversificado; a segunda dependerá do fortalecimento da demanda interna do próprio território, estimulando, com isso, a ampliação do setor terciário da economia; a terceira, da capacidade de reinvestimento

das atividades produtivas localizadas no território, o que é dependente de crédito e das expectativas de mercado. Assim, a dinâmica econômica sempre conta com três elementos de estímulo: o consumo interno, o consumo interterritorial e o investimento. Esses são os três elementos que promovem a manutenção do emprego no território (E_t), o que pode ser ilustrado por meio da equação (01):

$$E_t = \textit{DemandaInterna} + \textit{DemandaExterna} + \textit{Investimento} \quad (01)$$

A demanda interna vai depender tanto da massa salarial gerada nas atividades produtivas quanto das transferências de renda, que ocorrem por intermédio de programas sociais ou do retorno de impostos. Com isso, quanto mais renda disponível para a população, mais alta será a tendência ao consumo. Porém, a renda adicional da população não terá efeito na dinâmica da economia territorial se houver vazamentos de renda, ou seja, se essa renda é transferida para outros territórios sob a forma de importações, gastos improdutivo ou investimentos que não repatriem lucros.

A magnitude da demanda interna será sempre dependente - de forma negativa- da magnitude dos vazamentos de renda para outros territórios ou de gastos improdutivo; e dependente, de forma positiva, da capacidade de ações para aumentar a renda da população. Em alguns casos, o aumento de renda significa apenas criar mecanismos de acesso à renda, pois em algumas economias o problema não é a disponibilidade de emprego, mas as condições de empregabilidade. Já em outras economias, o problema de acesso à renda reside na má distribuição da renda gerada. E a concentração de renda pode estar ligada ao perfil da propriedade dos meios de produção ou à falta de reinvestimentos no território ou no perfil tributário das economias ou no perfil da força de trabalho. Nesses casos, mudanças estruturais na economia dos territórios se fazem necessárias para acelerar o crescimento econômico e estimular a geração de empregos.

Já os investimentos dependem tanto do espírito empreendedor

e inovador quanto da percepção de oportunidades. E quando se fala em inovação, não significa, necessariamente, a criação de bens e serviços com grande conteúdo tecnológico mas, por vezes, em simples ações que vão desde a criação de um novo produto ou a diferenciação de um produto já existente ou o estabelecimento de uma nova forma de produzir ou de uma estrutura logística diferenciada, novos modelos de negócios etc... Em geral, a inovação nos territórios está ligada a conhecimentos que se perpetuam e se aprimoram ao longo das gerações, que em um determinado momento, se tornam negócios e ganham o mercado. Isso pode ser percebido em territórios que usaram o artesanato local ou habilidades manuais para criarem empreendimentos lucrativos. Um exemplo é o caso do município de Terra Roxa (PR), em que a habilidade em bordados criou toda uma estrutura produtiva ligada à produção de confecção infantil. Em áreas rurais do Estado do Tocantins, a habilidade em transformar, trançar, amarrar e tricotar o capim dourado criou todo um mercado de produtos artesanais. Já no Vale dos Vinhedos, no Estado do Rio Grande do Sul, a tradição dos imigrantes em produzir uva e vinhos se tornou empreendimento de grande escala, tanto privados quanto cooperativos.

Os empreendimentos supracitados ampliaram sua escala e ganharam mercados de fora do território. Alguns têm, como grande vedete das vendas, a sua origem territorial, criando o que se chama de “certificados ou selos de origem”, que fortalece a imagem de qualidade e diferenciação de produtos. Nesses casos, o território se torna o instrumento de inserção nos mercados inter-regionais e a manutenção da dinâmica da economia territorial fica atrelada à manutenção de valores e padrões de produção que devem ser comuns em todos os produtores.

Cabe lembrar que crescimento econômico territorial difere de desenvolvimento econômico territorial. Enquanto o crescimento econômico do território está relacionado à estrutura de produção e ao perfil da demanda, o desenvolvimento vai mais além, pois engloba também elementos intangíveis, qualidade de vida e relações de poder, como a governança territorial.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONCEITO E ELEMENTOS

FELIPE POLZIN DRUCIAKI

Indagações sobre como alguns territórios crescem e se desenvolvem, porque alguns são mais dinâmicos que outros, compreendem algumas das questões frente a um cenário de evidentes desigualdades sociais e econômicas, em qualquer escala. A tentativa de responder tais questionamentos perpassa por um prisma multidisciplinar, que busca identificar padrões e estratégias que promovam o desenvolvimento de determinadas regiões e territórios, a fim de potencializar não só o aumento de renda, mas também uma melhora efetiva na condição de vida da população.

Nesse sentido, desenvolvimento traz consigo um caráter dinâmico e processual que deve gerar tensionamento nas condições estruturais em uma determinada entidade socioespacial. Esse processo deve ser pensado ou potencializado pelos agentes econômicos e instituições que, devido a similaridades territoriais, unem-se para compor um mesmo território. A construção social é o *framework* do desenvolvimento territorial, é a partir dessa articulação entre atores que o processo ocorre de forma mais ou menos efetiva. Além disso, a construção social evoca fatores intangíveis que são inerentes à formação territorial.

Apesar do grande avanço nesse campo, a ciência regional ainda é um campo aberto para muitas investigações graças ao caráter particular que cada espaço territorial possui, como uma espécie de identidade cultural, social e econômica, impondo um grande desafio ao entendimento da dinâmica de cada território.

O desenvolvimento territorial é um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e

imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população. Isso motiva a discussão sobre os elementos que compõem o desenvolvimento territorial e lhe conceituam. Então, apresentam-se nesse texto os diferentes elementos e concepções na tentativa de emoldurar o conceito de desenvolvimento territorial, em que se destaca o Capital Social, Cívico, Institucional, Humano, as Redes de Poder e a Governança como principais elementos norteadores deste processo.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O termo desenvolvimento territorial vem sendo utilizado, por vezes, de maneira geral e imprecisa. A territorialidade está presente em boa parte dos debates nacionais e internacionais sobre economia, política e sociedade, a fim de destacar as particularidades, oportunidades e impedimentos de determinadas regiões, de modo que, com base nesses fatores, possam discutir e promover políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial destas regiões.

A noção de território está se espalhando graças ao fato de que seus conceitos explicam, de forma mais completa, o processo de construção social e econômica de cada região, isso ocorre porque o qualificativo territorial abarca todas as concepções do desenvolvimento, seja ele econômico, regional, local, político, social, humano ou sustentável.

A partir dos anos 1990, a discussão acerca do desenvolvimento territorial ganhou corpo. A *Organization for Economic Co-Operation and Development* (OECD) publicou, em 1994, *Territorial Indicators of Socio-economic Patterns and Dynamics*, documento que sugeriu o agrupamento de alguns indicadores para avaliar o desenvolvimento territorial na Europa. Posteriormente, em 2001, a mesma instituição publicou o *Territorial Outlook* em que ensejou a importância e as perspectivas para esta unidade de análise, salientando a importância de fatores como costumes, normas, formas de cooperação entre outras variáveis para explicar a dinâmica econômica de um recorte espacial.

No Brasil, o debate acerca do tema teve início no final da década de 1990 com importantes contribuições de José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay entre outros. Posteriormente, foi promovido principalmente pelo governo federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) com a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) em 2008, visando, especificamente, acabar com a pobreza extrema no meio rural brasileiro, fomentando também a participação democrática a partir de fóruns territoriais dando maior fluidez ao tecido institucional dos territórios brasileiros mais carentes.

O termo “desenvolvimento territorial” justifica-se por entender que, além das dimensões tangíveis existentes nos fatores econômicos, possui também uma dimensão intangível, que está estreitamente ligada à cognição dos atores sociais a fim de organizar ações coletivas de seu próprio interesse⁴⁸.

Os atores sociais, representantes da sociedade organizada, são os responsáveis pela direção dos demais atores e sujeitos, pois possuem uma capacidade de cooperação e interação social e poderão influenciar no dinamismo da região ou território. Este “bloco socioterritorial” assume a tarefa de promover e participar do processo decisório que influenciará nos rumos do território por meio da orquestração público/privado. Além disso, os blocos socioterritoriais são os correspondentes diretos da governança territorial, sendo constituído por um conjunto de atores heterogêneos com interesses divergentes e, por vezes, conflituosos.

Os novos modelos de desenvolvimento têm sua origem na ascensão de novos blocos socioterritoriais, à medida que os blocos se alteram, novos modelos de desenvolvimento surgem em detrimento do anterior, formando o conceito de “redes de poder”⁴⁹. Estas redes possuem várias camadas, podem ser locais, regionais, nacionais e, até mesmo, internacionais, ou seja, quanto mais complexas forem as redes, maior poder de governança elas terão. Neste sentido, a construção das

⁴⁸ DALLABRIDA e FERNÁNDEZ (2007).

⁴⁹ BENKO (1999); DALLABRIDA e FERNÁNDEZ (2007).

nações, Estados ou regiões acabam expressando a soberania de um grupo social definido pelo seu povo.

Essas ligações entre os atores e representantes sociais do território formam pactos (sociais ou territoriais) que representam uma aglutinação que idealizam e transformam projetos políticos em desenvolvimento para uma determinada sociedade organizada territorialmente. O termo “pacto territorial” se refere a um acordo entre os atores públicos e privados a fim de viabilizar o desenvolvimento local de uma determinada região ou território, bem como aperfeiçoar os recursos e o potencial de desenvolvimento local. O resultado esperado pelo pacto territorial é tornar o território atraente, principalmente para investimentos que venham a beneficiar a região e os atores envolvidos no processo, como uma forma de cooperação com objetivos mútuos, e por vezes conflitantes⁵⁰.

Esta orquestração territorial, explanada na visão do autor supracitado, expõe vários conceitos e tipologias objetivando esclarecer como funciona o processo de desenvolvimento territorial de uma região e, mesmo que este tenha suas bases claramente fundadas nas relações sociais, o autor não aprofunda sobre a discussão sociológica desta interação, ao contrário de outros autores⁵¹ que inserem a sociologia como um grande pilar e fonte de discussão sobre o território e sua formação. A sociologia surge nesta discussão como uma ferramenta a fim de suprir uma lacuna teórico-metodológica na conceituação de desenvolvimento territorial.

O desenvolvimento territorial perpassa pelo entendimento sobre o que é de âmbito territorial, o que é desenvolvimento e, principalmente, pelas relações sociais inerentes e formadoras do território⁵². Essa conceituação, embora distinta, possui o mesmo sujeito, (as relações sociais). Assim, os estudos, análises e comparações do processo de estruturação e reestruturação territorial devem ser analisados a partir de pressupostos sociológicos, que permeiam o processo de desenvolvimento territorial, sendo mecanismo fundamental

⁵⁰ DALLABRIDA (2007).

⁵¹ ABRAMOVAY (2007); JEAN (2008).

⁵² JEAN (2008).

para avançar no debate sobre a dinâmica do território.

É inegável que os processos sociais, objeto de estudo da sociologia, se inscrevem no espaço e nos territórios. O estudo dos processos sociais no coração do projeto científico da sociologia aderiu em grande parte à "regra sociológica", formulada por um dos fundadores da disciplina, Émile Durkheim. Esta regra social pode ser explicada por outro fato social, o que justifica o estudo dessas relações quando se almeja entender a formação de um território, bem como suas estratégias de desenvolvimento.

Para melhor entender o desenvolvimento territorial, utiliza-se do conceito de François Perroux, no qual o desenvolvimento é uma combinação de mudanças mentais e sociais⁵³.

Tal desenvolvimento requer uma ruptura com a lógica funcional da organização da vida econômica da sociedade, combinando elementos políticos, sociais e econômicos sob forma de uma "revolução intelectual"⁵⁴. O desenvolvimento territorial abarca a concepção social a partir do conceito de desenvolvimento. Para o autor, é necessário haver uma ruptura de paradigmas para que ocorra o desenvolvimento, e o que caracterizará o território será, portanto, a interação entre os grupos sociais e empresariais com a forma que estes utilizam os recursos disponíveis na sua escala local.

Qualquer conceito de desenvolvimento deve estar pautado no alargamento do horizonte de possibilidades⁵⁵, ou seja, o desenvolvimento, enquanto processo complexo e de intensa transformação estrutural, resulta de diversas interações sociais, que buscam o crescimento e a independência de regiões e territórios. Esse processo deve promover a maior interação entre os agentes públicos e privados, sociais e políticos a fim de ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando também sua liberdade de decisão. Dessa forma, ainda segundo o autor, o verdadeiro desenvolvimento exige, ao mesmo tempo, o envolvimento dos atores e ações emancipatórias, pautadas em um horizonte de curto, médio e longo prazo.

⁵³ PERROUX (1967).

⁵⁴ AYDALOT (1985).

⁵⁵ BRANDÃO (2004).

O debate a partir dessa concepção é bastante amplo e, dependendo do ponto de vista, pode ser identificado/entendido como um contrassenso. Pois, conforme exposto, nota-se que tanto a concepção de território quanto a de desenvolvimento abarcam conceitos sociais, políticos e econômicos. Obviamente, ao se estudar uma determinada região ou território deve-se levar em consideração os aspectos multidisciplinares da análise, uma vez que cada localidade possui suas peculiaridades. O contrassenso ocorre ao realizar estudos comparativos entre diferentes territórios, buscando em um a resposta para o suposto atraso do outro, ao passo que não se utiliza uma única receita para promover o desenvolvimento de diferentes territórios.

As sociedades desenvolvidas, em sua maioria, não apenas copiam estratégias, mas também criam suas próprias a partir de diferenciais endógenos⁵⁶. Contudo, esse processo transformador deve ocorrer em várias dimensões e, em várias escalas espaciais, pois as políticas de desenvolvimento precisam atingir a totalidade do território, pensadas como um todo sistêmico, provendo ações concertadas nesses lócus geográficos a fim de reduzir as disparidades econômicas regionais.

O maior desafio da elaboração de propostas para o desenvolvimento é romper o caráter antagonico, pois ao mesmo tempo em que se busca uma sociedade especializada, esta deve ser, também, diversificada. Isto é, construir permanentemente integração e coesão produtiva, social, política, cultural, econômica e territorial. Para que haja um desenvolvimento territorial eficiente e equitativo, é preciso explorar, da forma mais criativa possível, as externalidades positivas de determinada região e vantagens e, por outro lado, desenvolver ações compensatórias e pontuais, sobretudo em regiões mais deprimidas. Este pensamento está de acordo com o que defende o princípio da especificação dos ativos, ou seja, a busca pelos recursos que são próprios deste território permitirá a este se diferenciar em algum aspecto dos demais, deixando de correr atrás da concorrência e

⁵⁶ STORPER (1984).

aproveitando seus próprios recursos produtivos⁵⁷. Cada território possui também sua história e biodiversidade, por isso a potencialização de suas particularidades torna-se mais importante do que fazer parte do espaço polarizado dos grandes centros⁵⁸.

O desenvolvimento territorial é um fenômeno cujo âmago é essencialmente social. Por outro lado, os autores divergem em vários aspectos, mas principalmente sob o enfoque que cada um aborda o tema. Para este ensaio utiliza-se das concepções sobre os fatores intangíveis do desenvolvimento, os quais se referem à capacidade de mobilização social, política e de cooperação presente em determinada localidade a fim de melhor trabalhar seus recursos territoriais⁵⁹.

O processo de desenvolvimento territorial evoca uma série de mudanças estruturais compreendidas por uma coletividade social organizada territorialmente e calcada na potencialização de suas externalidades positivas em contraposição às negativas, com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população. O desenvolvimento territorial é produto de uma série de elementos combinados que, ao interagirem, criam condições para promoção do desenvolvimento dentro de um determinado território por meio das inter-relações entre os atores sociais.

ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O território precisa ser interpretado como um todo e não apenas considerado como uma variável dentro do sistema econômico, pois o desenvolvimento ocorre somente quando se manifesta, na sociedade, uma energia que possa canalizar, de forma positiva, elementos que outrora estavam dispersos. Neste caso, os elementos do desenvolvimento territorial são representados pelos indivíduos e suas inter-relações consideradas como parte de um todo social ou de um grupo determinado. Esse processo deve ser “a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam

⁵⁷ PECQUEUR (2005).

⁵⁸ FERRERA DE LIMA (2011).

⁵⁹ BOISIER (1992).

consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los”⁶⁰. Assim, determinar por qual razão o desenvolvimento ocorre de maneira desigual requer, entre outros fatores, analisar quais os elementos que constituem esse processo, principalmente sua capacidade de organização social e política, que são fatores preponderantes à reestruturação territorial e ao desenvolvimento.

Estes elementos podem ser genericamente agrupados naquilo que é conhecido como *Capitais Intangíveis*, ou seja, o capital social, humano, institucional e cívico, intimamente correlatos às redes e às estruturas de governança.

O termo *capital* gera certa resistência entre os autores na sua aceitação, pois a forma como o conceito foi construído é divergente, principalmente entre os pesquisadores e cientistas sociais. Há aqueles que consideram o capital como fator de produção em sua forma essencial, utilizada para criação de riquezas em última instância, e não como um ativo intangível.

Por outro lado, o termo capital social e capital humano ganham força a partir da década de 1980 e 1990⁶¹, quando o Banco Mundial e a OECD passaram a utilizar, de maneira mais incisiva, o termo, referindo-se a um agrupamento de características que um indivíduo possui e que pode lhe gerar riqueza futura, como o investimento em educação, que permitiria ao indivíduo ser mais eficiente, colaborar com a produtividade e gerar riqueza para si e demais indivíduos.

Entende-se, assim, que as formas intangíveis de capital, são consideradas como capital ao passo que da reunião dessas características pode-se inferir em ganhos ou resultados futuros, bem como o estoque de capital social ou humano e demais formas intangíveis de capital.

CAPITAL SOCIAL

Como a conceituação de desenvolvimento e território, o

⁶⁰ HADDAD (2009, p. 128).

⁶¹ PAIVA (2001).

conceito de capital social ainda está em construção. Ao agrupar, em um mesmo arcabouço, questões tipicamente econômicas como o estudo do comportamento dos indivíduos, e questões relativas à sociologia, como a cultura, o entendimento de capital social aproxima a economia da sociologia.

Alguns autores foram os responsáveis pela ampliação do debate e difusão do termo capital social⁶², formando uma base teórica robusta e consistente. No Brasil, o tema é relativamente novo, e possui poucos trabalhos publicados⁶³. Apesar de suas divergências teóricas e metodológicas, estes autores convergem no pressuposto que as relações sociais constituem um patrimônio intangível, porém de grande eficácia em se tratando dos atores sociais, tanto em âmbito individual quanto coletivo.

O capital social é altamente intangível, ao contrário do capital humano e do capital físico, pois, diferentemente destes últimos, é derivado exclusivamente das relações dos atores sociais. O capital social não é palpável e nem mesmo representa uma característica educacional como o capital humano. As estruturas sociais obedecem a distintos objetivos e motivos que levam as pessoas a interagir umas com as outras.

Outra referência ao capital social é instituída por autores os quais argumentam que as instituições e suas regras tem um efeito sobremaneira importante no processo de desenvolvimento econômico e social, pois inclui o conceito de capital social a um ambiente mais político e corporativo, como governo, regime político, sistema judiciário e o sistema civil⁶⁴.

A inserção do termo no ambiente institucional vai de encontro às ideias de autores⁶⁵ que defendem o capital social como corresponde ao agregado de recursos potenciais vinculados a uma rede, que pode ser mais ou menos institucionalizada. O autor elenca algumas características intrínsecas ao processo de formação e reprodução do

⁶² BOURDIEU (1980); COLEMAN (1988); PUTNAM (1996).

⁶³ HIGGINS (2005); FERNANDES (2001); LAZZARINI *et al.* (2003).

⁶⁴ NORTH (1990); OLSON (1982).

⁶⁵ BOURDIEU (1980).

capital social, dentre elas: o tipo de relação instaurada pelo reconhecimento e pela troca de bens e materiais, o efeito multiplicador que o capital social exerce nos demais tipos de capital, as instituições que viabilizam sua reprodução e a regulamentação interna para impor limites à concertação social dentro do grupo.

O conceito mais utilizado aponta o capital social como uma configuração horizontal entre os indivíduos, ou seja, capital social consiste em uma rede social, que pode gerar efeito produtivo sobre determinada sociedade⁶⁶. Em outras palavras, o capital social facilita a coordenação e cooperação para benefícios mútuos de uma associação.

Este grupo de ativo impessoal fornece aos autores⁶⁷ uma noção, de certa forma, negligenciada por outros⁶⁸. Pois, para esses últimos, o capital social consiste em um bem comunitário e supõe a presença de atores homogêneos com objetivos comuns. Contudo, é necessário ressaltar que, entre os atores sociais, há distribuição “inequitativa” de reprodução das formas de poder, bem como da reprodução das desigualdades nas realidades sociais e econômicas. É necessário, também, analisar as relações sociais institucionalizadas, pois são essas que servem como forma de reprodução do poder sob a forma de “sub-relações” sociais entre os atores. Neste sentido, ressalta-se a acuidade dos agentes econômicos ao reconhecerem a relevância do estoque de capital social para o sucesso econômico de uma determinada região ou território⁶⁹.

Entende-se, assim, que o capital social é um conjunto de normas e valores representado pelos atores sociais ou instituições, a partir de relacionamentos conjuntos, que instigam a ocorrência das ações coletivas dentro de diferentes grupos sociais. Porém, há grande dificuldade de mensurar o capital social, pois existem diversos aspectos que devem ser levados em conta, como elementos de um conjunto de relações sociais na comunidade, e muitos deles possuem um caráter de extrema subjetividade⁷⁰.

⁶⁶ PUTNAM (1996).

⁶⁷ BOURDIEU (1980); NORTH (1990); OLSON (1982).

⁶⁸ COLEMAN (1988); PUTNAM (1996).

⁶⁹ PIFFER e ALVES (2009).

⁷⁰ ILHA *et al.* (2008).

Segundo estudos da *Social Capital Initiative* (SCI), órgão que estimula a discussão sobre capital social vinculado ao Banco Mundial, há evidências empíricas de que, mesmo sendo complexo, é possível medir o capital social e seus impactos.

A literatura⁷¹ recomenda que, para uma análise fidedigna sobre o capital social, se use três *proxies* principais: 1- Participação em associações; 2-Confiança; 3-Ações Coletivas. Ou seja, investigar as associações existentes, a participação de seus membros e a importância relativa que estes dão à associação em que participam. Também, investigar a confiança mediante variáveis que estejam relacionadas à demanda de ações que tem como pré-requisito a confiança. E, por fim, a análise das ações coletivas pode medir a coesão social de determinado grupo de indivíduos.

Ressalta-se, ainda, que, em se tratando do capital social, seus efeitos podem desencadear a criação de outra forma de capital, o humano⁷², por intermédio das relações com família ou comunidade, conseqüentemente intrínseca ao processo de desenvolvimento.

CAPITAL HUMANO

A teoria do capital humano passou a ter posição de destaque a partir do início da década de 1960, com os trabalhos seminais de Jacob Mincer, Theodore Schultz e Gary Becker, a partir da década de 1950, nos quais constataram que o desenvolvimento de uma determinada região está diretamente correlacionado ao nível de conhecimento dessa sociedade, seja em anos de escolaridade ou em experiência de trabalho e que, assim como o capital físico, o humano também pode refletir produtividade.

A concepção básica da teoria do capital humano evidencia que a melhoria no nível de especialização e/ou treinamento dos trabalhadores, principalmente por meio da educação, leva a um maior nível salarial que, por sua vez, levará esse indivíduo a outro patamar

⁷¹ GROOTAERT e BASTELAER (2001).

⁷² COLEMAN (1988).

econômico, aumentando seu leque de possibilidades no que diz respeito à qualidade de vida e melhorando sua produtividade⁷³.

O capital humano é uma teoria estreitamente ligada à economia, pois, embora a teoria se refira a determinados atributos dos indivíduos, não se destina a atender aqueles que não estão envolvidos na análise. O humano é uma forma de capital, porque é a fonte de lucros futuros, de satisfações futuras, ou de ambos, e é humano porque é uma parte integral do homem⁷⁴.

A definição de capital humano é tida como sendo as atividades que influenciam a capacidade financeira futura e o ganho cognitivo gerado a partir do investimento em recursos humanos, além disso, esse conjunto de capacidades que um indivíduo pode obter, poderá ser utilizado para produção de riquezas⁷⁵.

A variável “conhecimento” torna-se uma importante fonte de desenvolvimento ao levar os indivíduos primeiramente a um aumento de produto físico, mediante a aferição de uma maior renda e, posteriormente, por permitir uma melhor qualidade de vida graças à primeira condição.

Ao contrário dos modelos neoclássicos de crescimento econômico, a teoria do capital humano possui, em seu arcabouço, o fator inovação como determinante de crescimento endógeno.

A inovação é como uma aplicação mercadológica de alguma coisa nova, e essa novidade é estímulo fundamental para o processo de desenvolvimento econômico. Ela introduz a figura do inovador. No caso do empresário inovador, ele introduz arranjos produtivos mais eficientes, invenção ou inovação tecnológica, traz novos produtos para o mercado⁷⁶. Isso permite relacionar a importância do estoque de capital humano no processo de inovação, que, conseqüentemente, tende a promover o crescimento e desenvolvimento econômico e social de uma região. Instituições públicas e privadas desempenham importante papel nessa dinâmica ao fomentar atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e

⁷³ BECKER (1975); VIANA e FERRERA DE LIMA (2010).

⁷⁴ SCHULTZ (1961).

⁷⁵ BECKER (1962).

⁷⁶ SCHUMPETER (1982).

Inovação (P&D&I). Há grandes exemplos de parcerias entre instituições visando o desenvolvimento econômico por intermédio da inovação, porém falta agenda estratégica para organizar a mão de obra qualificada encontrada em algumas regiões, com a demanda de empresas que desejam investir nesse tipo de ação⁷⁷. Nota-se, neste sentido, que a presença de universidades, centros técnicos e demais instituições de ensino são de suma importância no processo de desenvolvimento, ao investigar situações e propor soluções inovadoras, possibilitando a estas sociedades romper com outras amarras.

Neste viés de valorização da educação, verificou-se que países com taxas ascendentes de crescimento econômico detinham elevados índices educacionais de sua população⁷⁸. Assim, maiores níveis de instrução proporcionam maior produtividade e níveis de salário mais elevados, além de que os benefícios de uma maior instrução incluem também ganhos não monetários, como empregos de maior prestígio. Nesse sentido, os investimentos em capital humano geram, a longo prazo, bem-estar social não só para a força de trabalho, mas também para a sociedade em geral. É duvidoso afirmar que ocorrerá uma evolução contínua em variáveis qualitativas se antes não houver investimento em conhecimento, pois esta variável sustenta o fluxo contínuo de crescimento e posterior desenvolvimento⁷⁹.

Ao investir e fomentar o capital humano, por meio de ações de conhecimento ou educação formal, os indivíduos tornaram-se mais produtivos e eficientes, culminando em uma gestão territorial muito mais robusta. O investimento em capital humano torna-se, então, uma ferramenta valiosa para o território, podendo ser utilizada para ações que visem o crescimento e desenvolvimento dessa região, principalmente pela via da inovação, pois se não houver equilíbrio do capital humano entre os territórios, haverá um cenário de continuidade nas disparidades sociais e econômicas.

O capital humano não é o único capital intangível que está concebido dentro do arcabouço do desenvolvimento territorial, pois, o

⁷⁷ CAMPOS e VALADARES (2007).

⁷⁸ SCHULTZ (1961).

⁷⁹ VIANA e FERRERA DE LIMA (2010); MINCER (1981).

desenvolvimento de uma região ou localidade depende sobremaneira de sua capacidade de organização social, política e cultural para modelar sua própria dinâmica relacionando diferentes formas de capitais intangíveis⁸⁰.

CAPITAL CÍVICO

Outro elemento do desenvolvimento territorial e que está atrelado ao capital social é o exercício da cidadania e da democracia mediante a construção de outra importante forma de capital, o cívico.

O capital cívico é um processo de investimento social, ou seja, são os membros da comunidade em geral que devem incutir no indivíduo as crenças, valores associativos e a educação cívica que representam o significado e a importância do exercício de suas ações. Se esses valores e crenças não forem difundidos entre os membros da comunidade, não se configura como capital cívico, e sim, como investimento em capital humano⁸¹.

O investimento em capital cívico representa a quantidade de recursos que os pais passam para ensinar valores mais cooperativos para seus filhos⁸². O capital cívico surge como reflexo de uma preocupação pessoal dos indivíduos com assuntos públicos, crenças e valores, atuais e futuros.

Quando uma comunidade tem mais (ou mais fortes) valores que promovam a cooperação, podemos dizer que a comunidade tem mais capital cívico. Por esta razão, comunidades/países que, por um acidente histórico, são ricos em capital cívico, desfrutam de uma vantagem comparativa por períodos muito prolongados de tempo, como alguns países e regiões afetados pela segunda guerra mundial entre 1939 e 1945⁸³.

As crenças e valores intrínsecos ao capital cívico têm sido medidas por intermédio de investigações e pesquisas empíricas e

⁸⁰ .BOISIER (2001)

⁸¹ GUIISO et al. (2011).

⁸² TABELLINI (2005).

⁸³ PIACENTI (2012).

comprovam o grau de participação cívica de algumas regiões italianas, utilizando como indicador básico as associações civis. Percebe-se, no estudo de Putnam, que nas regiões consideradas mais cívicas, os cidadãos participam ativamente de todo o tipo de associações locais, evidenciando claramente a correlação de capital social e existência de associações. O desenvolvimento territorial teria, então, melhores condições de ocorrer nas comunidades cívicas, nas quais haveria um significativo estoque de capital social historicamente construído⁸⁴.

Os cidadãos de comunidades com maior nível de capital cívico desejam um bom governo, além de exigir serviços públicos mais eficazes, nem que para tanto estejam dispostos a agir coletivamente para alcançar seus objetivos comuns, ao contrário de regiões com capital cívico depreciado, em que os indivíduos não compartilham seus valores com as unidades familiares e comunidades e comprometem o exercício da democracia, tornando-se indivíduos suplicantes e alienados.

Ao desejarem um governo mais eficaz, os indivíduos pressionam a *virtù* e a *fortuna*⁸⁵ de seu governante, ou seja, sua habilidade política diante de seus municípios. Essa referência indica que quanto mais se investe em valores cívicos, mais preparado o governante deve ser para representar estes indivíduos.

A educação cívica eficaz não é apenas sobre a memorização de conhecimentos, mas também atitudes e habilidades de aprendizagem. Investimento em educação cívica, quando eficaz, ensina o conhecimento cívico em conjunto com competências cívicas acionáveis bem como atitudes e hábitos que os indivíduos levam ao longo de suas vidas, utilizando suas habilidades e conhecimentos cívicos para ser mais engajados em suas comunidades e representativos através de suas instituições⁸⁶.

⁸⁴ “Verifica-se uma quase inexistência de associações cívicas e uma escassez de meios de comunicação locais, além de um índice alto (90%) de voto preferencial (que caracteriza um voto de clientela), com baixa taxa de participação nos referendos acima citados” (FERNANDES, 2000, p.385).

⁸⁵ Maquiavel, em seu livro “O Príncipe”, faz referência à *Virtù* e a explica como sendo um conjunto de habilidades de um governante ou ator político em se manter no poder e em seu posto. A *Fortuna* corresponde à conjuntura negativa que o governante pode encontrar no exercício de seu poder, seja em âmbito político, social ou econômico.

⁸⁶ PUTNAM (2005).

CAPITAL INSTITUCIONAL

A conceituação de capital institucional aqui tratada é correlata à definição de capital social, contudo, neste caso, o conjunto de normas e valores é representado pelas instituições ao invés dos atores sociais.

As instituições são entendidas, neste caso, como as “regras do jogo”, ou seja, funcionam como normas que gerem a tomada de decisões, exercendo grande peso sobre os objetivos e interesses dos atores sociais, facilitando ações coordenadas⁸⁷. Ou seja, as instituições moldam a política, e as normas moldam a identidade, a estratégia e o poder dos atores no território. Dentro dessa perspectiva na qual os atores sociais estabelecem relações de cooperação e confiança com objetivos comuns, pode-se distinguir dois tipos elementares de relações entre os atores sociais: a aproximação ou ligação (*bonding*) e a ponte (*bridging*)⁸⁸

Para o autor, o primeiro tipo ocorre a partir da relação dos indivíduos com situações similares, como senso de identidade e pertencimento por meio de grupos homogêneos. Já o segundo abarca as ações mais distantes, como a interação de diferentes grupos sociais, comunidades e contatos profissionais. Nesse aspecto, essa noção se refere à capacidade de os atores estabelecerem relações de confiança, de cooperarem e de se associarem em torno de interesses comuns.

A noção de capital institucional pode levar em conta também o número de organizações e instituições, bem como o tipo de inter-relações entre estas, ou seja, o conjunto de normas ou regras das instituições podem (ou não) influenciar na fluidez do tecido institucional através dos custos de transação, dificultando ou facilitando o processo de concertação social do território e posteriormente seu desenvolvimento⁸⁹.

As instituições que compõem um recorte territorial servem como subsídio para mensurar o estoque e o potencial de capital

⁸⁷ PUTNAM (1996).

⁸⁸ PUTNAM (2000).

⁸⁹ ROCHA (2010).

institucional de determinada região ou território⁹⁰. Quanto maior for o número de laços institucionais, ou seja, quanto mais entidades envolvidas em determinado processo, a tendência é que haja maior robustez no capital institucional.

Nem sempre o número de entidades representará qualidade e efetividade em suas ações. A falta de comprometimento e a não participação nas reuniões e ações podem, por vezes, comprometer o processo de desenvolvimento territorial pela falta de unidade entre os envolvidos. Por isso, o comprometimento e participação é fator essencial ao capital institucional.

Outra variável que pode ser analisada é a convergência de objetivos das instituições, que visa expor o grau de proximidade e similaridade entre as entidades, pois ao passo que buscam objetivos comuns, facilitam o processo de desenvolvimento e, por outro lado, quando entidades possuem objetivos distintos, pode causar fricções no tecido institucional, inviabilizando a realização de ações.

Considerando a forte relação do desenvolvimento territorial com o tecido institucional e ao seu grau de cooperação entre as instituições existentes em determinado território, busca-se, também, analisar a formação desses fatores mediante a inter-relação que ocorre por meio da formação de redes entre os atores.

REDES DE PODER

Diversos autores convergem no entendimento de que o principal elemento de ação do território são os atores sociais, pois é a partir desta relação social que estes atores têm capacidade de tomar decisões, portanto, possuem uma determinada quantidade de poder. A noção de poder aqui exposta diz respeito ao conjunto de inclusões das forças articuladas em redes, nas quais as atividades socioeconômicas de um determinado território se estruturam⁹¹.

A capacidade de poder é proporcional ao recurso e organização

⁹⁰ BOISIER (1992).

⁹¹ BRANDÃO (2004); DALLABRIDA (2007); ABRAMOVAY (2007); ANGEON (2008); JEAN (2008).

desses atores, sendo mais intensiva - onde há mais recursos e capacidades organizativas e de menor impacto nos mais desprovidos de recursos⁹². O alargamento das possibilidades e capacidades de poder pode ocorrer em virtude de uma alteração econômica, social, organizacional ou política, bem como do acesso a algum tipo de recurso natural. Isto gera uma rede de poder socioterritorial que, segundo é configurada pelas relações entrepostas em meio aos atores sociais e institucionais, levando a um processo de constante negociação entre ambos⁹³.

As redes indicam as relações de comunicação entre os atores que formam e constituem o espaço como um local de poder, ou seja, um território⁹⁴. Algumas destas redes têm cobertura restrita à dimensão local, podendo extrapolar este conceito e atingir limites estaduais, nacionais e internacionais. Quanto mais complexas ou abrangentes forem suas conexões, mais poder representam.

Grande parte dos atores sociais constrói, ao longo do tempo, suas dinâmicas territoriais e organizacionais, ou redes, como forma de ampliação do seu poder e, conseqüentemente, sua capacidade de atingir seus objetivos e interesses.

Dois variáveis importantes para avaliar as redes no território são a interação entre os atores e o interesse em ampliar as redes. A primeira evidencia se os atores estabelecem contatos profissionais entre si, fortalecendo os laços de redes entre si. Além disso, a interação também expõe a vontade destes atores se aproximarem de outras instituições, entidades e demais representatividades visando a ampliação da sua rede. A segunda variável se refere à ampliação das redes, que ocorre por meio de contatos institucionais. A ampliação das redes mede a vontade institucional em aproximar-se de organizações da sociedade civil que possam fortalecer a interação social. A construção das redes territoriais ao longo do tempo e a formação de capital social, por sua vez, estão diretamente correlacionadas aos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos e resultam na estrutura de governança

⁹² ROVER (2007).

⁹³ DALLABRIDA (2011).

⁹⁴ RAFFESTIN (1993).

territorial.

GOVERNANÇA

O termo governança surgiu das análises de Ronald Coase com seu trabalho seminal *The Nature of the Firm* em 1937⁹⁵. Porém, seu trabalho somente tomou corpo a partir dos anos de 1970, quando Williamson retomou a utilização do termo governança, em seu trabalho *Transaction-Cost Economics*⁹⁶, para expor o que seria um modelo utilizado pela firma para realizar coordenações eficazes.

O componente central da contribuição de Oliver Williamson está no intuito de evidenciar como o desenvolvimento e crescimento de certas instituições resultam da tentativa de diminuição dos custos a estas associadas, por meio da criação de estruturas de governanças apropriadas. As estruturas de governança correspondem a configurações institucionais particulares, opostas aos mecanismos de monitoramento, incentivo e controle de comportamentos, tendo aptidões diferentes em relação à flexibilidade e adaptabilidade em cada cenário econômico particular⁹⁷. Nota-se que o surgimento e desenvolvimento das instituições exigem a identificação dos atores e das condições sociais, econômicas e políticas que estimulam esses atores a se organizarem no meio em que atuam, buscando, na coletividade, um objetivo comum, visando um incremento no seu desempenho econômico.

O processo de governança abarca uma série de instrumentos e processos realizados pelos atores sociais a partir de uma estrutura institucionalizada, na qual os grupos articulam seus interesses, objetivos, divergências por intermédio das redes de poder objetivando a melhor coordenação ou gestão do desenvolvimento do território.

A governança objetiva avaliar a realidade, definir prioridades, planejar e programar ações, bem como recursos humanos e financeiros para a “dinamização das potencialidades e superação dos desafios,

⁹⁵ COASE (1937).

⁹⁶ WILLIAMSON (1979).

⁹⁷ WILLIAMSON (2002).

visando o desenvolvimento territorial”⁹⁸.

Desta forma, a governança territorial é o modo como as decisões são tomadas em determinada entidade socioespacial que coordena não só o poder político e econômico, mas também a sociedade civil⁹⁹. Quando se fala em governança territorial, refere-se às ações proativas dos atores envolvidos e organizados territorialmente, objetivando a gestão de assuntos públicos com base no envolvimento cooperativo entre os atores sociais, econômicos e institucionais.

Com base na interação destes atores, é possível identificar diferentes modelos e formas institucionais para o exercício da governança territorial a partir da concertação grupal ou corporativa e, assim, focalizar o papel da governança no processo de desenvolvimento territorial de uma determinada região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que são diversos os fatores que estão ligados ao processo de crescimento e desenvolvimento de uma região ou um lugar, tais como: político, cultural, climático, geográfico, recursos naturais, econômicos entre outros. O produto resultante desses aspectos é um processo de desenvolvimento desigual, que possui a característica de fortalecer regiões mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento e desenvolvimento econômico, em detrimento das demais regiões menos dinâmicas.

O entendimento do conceito de desenvolvimento territorial é dinâmico e varia conforme o enfoque do pesquisador, pois o conceito de desenvolvimento territorial está diretamente ligado à formação e acumulação de capitais tangíveis e intangíveis dentro do território.

Haverá desenvolvimento territorial quando houver uma sinergia entre o capital social, cívico, institucional e formação de redes, orquestradas por uma governança territorial engajada em atingir objetivos comuns. A junção destas variáveis possibilita o acesso à

⁹⁸ DALLABRIDA e BECKER (2003, p. 80).

⁹⁹ JEAN (2008).

renda, saúde, segurança e educação, ao passo que viabiliza obras de infraestrutura e demais políticas públicas voltadas para a melhoria de qualidade de vida dos munícipes contidos em determinado recorte territorial.

É sobremaneira importante a compreensão de que cada território é único e possui uma identidade formada. As diretrizes para sua evolução e melhoria nas condições de vida da população devem vir "de baixo para cima" respeitando seu macroambiente, envolvendo todos os responsáveis por meio de um processo construtivo e democrático que busque o desenvolvimento territorial.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA

CLAUDIA CRISTINA WESENDONCK

O desenvolvimento territorial é direcionado à sociedade em geral, na qual indivíduos, dotados de sentimento de pertencimento àquele determinado território, buscam a qualificação, o aperfeiçoamento e avanços contínuos, para alcançarem melhores condições de vida no espaço territorial no qual residem.

O desenvolvimento territorial não depende tanto de encontrar uma ótima confluência de recursos e fatores de produção quanto de provocar e mobilizar os recursos e aptidões que se acham ocultos, dispersos ou mal-empregados no território. Neste viés, o enfoque passa a ser a mobilização da capacidade e potencial latente em cada território, tanto por meio da política pública quanto pelas ações que fomentem a governança. Atribui-se, assim, um importante papel aos agentes de desenvolvimento, ao Estado, aos conselhos e fóruns de desenvolvimento, a quem cabe estabelecer estratégias adequadas e equacionar os desequilíbrios resultantes do processo de desenvolvimento econômico e seus rebatimentos espaciais¹⁰⁰.

Por se tratar de um processo dinâmico, com várias faces, é importante buscar as possíveis delimitações próprias e as especificidades regionais. O processo de desenvolvimento territorial não se apresenta como um estágio, que tem que ser superado ou ainda um modelo a ser seguido. Assim, é necessária uma melhor delimitação e entendimento da amplitude do que seria o processo de desenvolvimento territorial e, na sequência, o papel da política pública e da governança do território.

¹⁰⁰ HIRSCHMANN (1961).

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O processo do desenvolvimento territorial é o resultado do somatório do envolvimento direto dos atores locais, econômicos, sociais e políticos na articulação, concepção, planejamento, execução de um projeto para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e sustentável de um território. Dessa forma, o processo de desenvolvimento territorial promove a transformação do território em sujeito coletivo, com o fortalecimento da sociedade civil, entendida como comunidade. Nesta categorização, faz-se fundamental a combinação das dimensões espacial, social e individual¹⁰¹. Dentro desse contexto, são explicitadas apenas algumas poucas características de um determinado momento ou recorte temporal do processo de mudanças, as quais podem provocar uma análise errônea do recorte ou período analisado.

O desenvolvimento territorial obedece à lógica do desequilíbrio e das desigualdades, por isso também se deve entender as razões para a ocorrência do desenvolvimento econômico desigual no espaço¹⁰². Nesse caso, o espaço territorial é uma variável decisiva na explicação do crescimento econômico, e este não acontece de forma homogênea dentro deste debate acerca do processo altamente dinâmico que é o desenvolvimento territorial. Para estimulá-lo, se faz necessária a descentralização do planejamento de políticas públicas, deixando livres os espaços locais e regionais, para fomento, discussão e articulação da sociedade civil mobilizada acerca desse interesse mútuo de mudanças qualitativas no meio e espaço. Nessa situação, vindo a fornecer o poder de voz aos indivíduos e à própria comunidade local e regional¹⁰³.

O poder, proveniente das forças dos indivíduos, das classes e dos setores, acaba por influenciar profundamente os rumos de um território, pois, questões sociais e culturais impactam diretamente na fluidez, ou não, de um processo positivo de mudanças que o desenvolvimento econômico regional pode vir a proporcionar, quando

¹⁰¹ ..BOISIER (1996); OLIVEIRA e LIMA (2003).

¹⁰² FERROUX (1967).

¹⁰³ .BOURDIEU (2010, p.7-8).

bem planejado e direcionado a fomentar aspectos positivos do território, como alternativas para estancar ou sanar suas fragilidades. Nas relações de poder inscritas na realidade ou em um campo social, sustenta-se o compromisso de revelar as formas implícitas de dominação de classes nas sociedades capitalistas, defendendo que a classe dominante não domina completamente e não força seus dominados a se conformarem com a dominação. Defende-se a existência do poder simbólico, mediante o qual as classes dominantes são beneficiárias de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilitam exercer o poder¹⁰⁴.

Essa simbologia presente na teoria de Bourdieu¹⁰⁵ é instrumento e também meio para a dominação das classes sociais dominantes sobre as classes menos favorecidas. As produções simbólicas funcionam como instrumentos e meios de dominação porque favorecem a aproximação e integração de todas as classes dominantes, tornando visível a distinção entre elas e as outras classes de dominados. Ainda, favorece a desmobilização das classes dominadas, com intuito de autenticar o exercício do seu poder perante as demais, pelo uso de hierarquias, legitimando as distinções entre a sociedade no espaço que estão inseridos. Todavia, a influência desse poder no recorte de espaço também influencia no processo do desenvolvimento econômico.

Existem territórios mais avançados em termos de desenvolvimento econômico e são eles que conseguem transformar a ação cooperativa intra e inter-regional no principal elemento integrador do seu processo de desenvolvimento regional. Há regiões ganhadoras e perdedoras, que resultam do dinamismo da interação/integração dos seus agentes de desenvolvimento em torno de um projeto/modelo próprio de desenvolvimento territorial. E, não apenas o envolvimento dos atores em projetos que visem o desenvolvimento regional, mas também no direcionamento de políticas públicas, na busca de melhores condições de vida a toda a população¹⁰⁶.

As diferentes dinâmicas de desenvolvimento territorial

¹⁰⁴ BOURDIEU (2010).

¹⁰⁵ BOURDIEU (2010).

¹⁰⁶ .BECKER e WITTMANN (2008).

dependem de uma crescente mobilização, empoderamento e organização social das comunidades regionais, para que os planos e ações traçados sejam viáveis de implantação e dinamização. Percebe-se que a participação política leva ao maior desenvolvimento econômico das regiões. A sociedade organizada é mais participativa politicamente, com isso, mais desenvolvida economicamente. No desenvolvimento territorial a transformação econômica, social e política é originada de dentro para fora, por iniciativa própria dos coletivos, e se manifesta nas mudanças estruturais ou qualitativas que um processo de desenvolvimento do território sofre a partir de alterações endógenas¹⁰⁷.

As estratégias e alternativas positivas dentro do processo de desenvolvimento territorial são relacionadas a estratégias estruturantes de desenvolvimento, que podem ser executadas pelo Governo, organizações e instituições das próprias comunidades regionais, como por exemplo, os conselhos ou programas regionais de desenvolvimento, pois estas estratégias e alternativas, que são formuladas e executadas pelos próprios sujeitos coletivos regionais, relacionam-se a um planejamento regional com a inserção social em amplos debates que se propõem a alavancar o desenvolvimento do território.

No mecanismo do desenvolvimento territorial há três cenários interdependentes e de recente configuração: o cenário contextual, estratégico e o político. Tais cenários se referem a processos econômicos e políticos. Nesta concepção, é necessário visualizar a participação da sociedade no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos dividendos do processo de crescimento, bem como entender que a formação de blocos territoriais pode ser mais um instrumento de estímulo ao desenvolvimento¹⁰⁸.

O processo de desenvolvimento territorial, com o novo cenário contextual, é o resultado da interação de dois notáveis processos, o de abertura externa, impelido pela força da globalização, de compra e venda, da produção e comercialização. O processo de abertura interna, por sua vez, impulsionado pela força da descentralização, que enaltece

¹⁰⁷ BECKER e WITTMANN (2008).

¹⁰⁸ BOISIER (1996).

o empoderamento regional. Trata-se de um processo basicamente econômico, e o segundo é um processo político. Ressaltam-se os cenários estratégicos e político: o estratégico leva em conta a configuração de um planejamento estratégico, identificando o meio e a forma de geri-lo, construído a partir da interseção entre novas modalidades de configuração territorial e de modalidades de gestão regional, bem como, a forma como as alternativas, ações e propostas serão tratadas, analisadas e executadas regionalmente. Já o cenário político considera questões políticas, sendo o Estado Nacional e o Governo Regional, seus principais atores, os quais outorgam à comunidade regional um papel destacado na definição de opções políticas pertinentes a cada escala territorial.

O alinhamento dos cenários estratégico e político, elencados e analisados anteriormente, ressaltam a ideia do trabalho conjunto, município, região, estado e nação, que entra em consonância com o modelo hexágono do desenvolvimento territorial, conforme Figura 1.

Figura 1: Modelo do Hexágono do Desenvolvimento Territorial



Fonte: Boisier, 1995.

O modelo de desenvolvimento territorial apresentado na Figura 1 explicita os elementos que compõem as propostas e demandas de projetos que visam o desenvolvimento territorial. Além da cultura local e regional, o projeto político de desenvolvimento também leva em conta o seu entorno, mercado e estado, as relações comerciais locais, regionais, nacionais e internacionais. Ainda, tudo que se classifica como entorno, envolve as instituições inseridas no seu recorte, essas cada vez mais modernas, velozes e flexíveis.

O entorno relaciona-se com tudo o que é exógeno ao território, configurado pela multiplicidade de organismos, sobre os quais não se tem controle, mas com os quais a região se articula necessariamente. Trata-se do mercado em sentido lato, do Estado e do tecido de relações internacionais. Essas últimas aparecem com renovada importância à luz de novos esquemas de cooperação internacional de caráter horizontal, isto é, de região para região¹⁰⁹.

O desenvolvimento econômico de um território depende também do modo de articulação dos elementos que compõem a Figura 1. Articulado, produzirá o desenvolvimento e, ao contrário, se a articulação for difusa, vai impedir o processo de desenvolvimento. Salienta-se que, para ser desenvolvido, o modelo teórico proposto depende de procedimentos de governança participativos e que trabalhem de forma cooperativa com o intuito da implementação e adequação de projetos que visem o desenvolvimento local e regional.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Ao considerar que no território há recursos diversos, mas com níveis desiguais de participação dos atores, então pode-se usar políticas públicas para estimular o desenvolvimento territorial. As políticas públicas de desenvolvimento territorial provêm das rupturas ocasionadas no mercado e nas regiões, com tendências normativas, a partir de um nível social ou politicamente indesejável, com sucessivos

¹⁰⁹ ÁVILA et al. (2013).

desequilíbrios da renda per capita ou entre o distinto comportamento de desenvolvimento entre as regiões. Quando o mercado apresenta suas limitações e não consegue atender às demandas do território, o desenvolvimento fica restrito e, desse modo, as políticas públicas de desenvolvimento surgiram a fim de sanar essa lacuna. As ações dessas políticas buscam a equidade regional, minimizando falhas, e, assim, as políticas tornam os territórios mais competitivos e com maior probabilidade de desenvolvimento¹¹⁰.

As políticas públicas de desenvolvimento territorial realizam apoio direto à conjuntura institucional das regiões, com suas diversidades, sustentação, com seus referenciais técnicos, elegendo e formando redes de cooperação entre as instituições, como objetivo dessas políticas, com administrações públicas, sejam elas centrais ou regionais, com elevada eficiência e competência para promover a sustentabilidade do desenvolvimento estratégico e organizacional das instituições¹¹¹.

Para melhor explicar a questão sobre políticas públicas desse âmbito, podem-se mencionar as organizações direcionadas à elaboração e construção do planejamento de políticas públicas que visem o desenvolvimento local e regional, como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento –COREDES - no Estado do Rio Grande do Sul e as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's) no Estado de Santa Catarina. Essas organizações possuem como foco o fomento do processo do desenvolvimento regional, que forneçam alternativas e ações, as quais visem à inserção da sociedade na participação das decisões locais e territoriais. Não existe um conceito unânime referente aos fatores fundamentais ao êxito de uma região, que cresça e se desenvolva sem acarretar elementos como a desigualdade.

Cada território tem um modo de produzir e reproduzir a própria estrutura econômica e social, cuja realidade local pode ser extremamente diferente de outros espaços. Nesse viés, o Estado também tem um papel essencial no desenvolvimento, pois cabe a ele a

¹¹⁰ FIGUEIREDO (2009).

¹¹¹ LIMA e SOUZA (2015).

articulação de soluções para problemas de ordem social e econômica. A pertinência no fomento e no incremento de políticas de desenvolvimento que tragam estabilidade para o território, pois a principal função do Estado é ser um dos articuladores do desenvolvimento econômico, sanando as fragilidades e enaltecendo as potencialidades, buscando o fomento e a promoção do desenvolvimento territorial.

Diante da complexidade da questão relacionada às políticas públicas de desenvolvimento territorial, ressalta-se que não é apenas o trabalho com o capital humano, e sim o fomento do capital social, tão necessário, para a confiança e a cooperação entre os atores do desenvolvimento e as lideranças regionais do entorno. Agregando-se valor diferenciado e promovendo a consolidação ou a criação das bases produtivas locais e regionais que busquem a promoção do desenvolvimento regional.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Para ocorrer o desenvolvimento territorial são necessárias ações, estratégias e alternativas. São vários fatores que devem ser considerados na tentativa de estruturar um plano ou um planejamento a se seguir para melhorar a qualidade de vida de uma região. Portanto, nenhum lugar vai determinar suas estratégias de desenvolvimento regional, utilizar seus recursos, definir seus produtos ou implantar seus planos de uma mesma forma. Também não se encontrará uma “fórmula mágica” do desenvolvimento, cada realidade e sociedade detém suas questões particulares e suas motivações para impulsionar, ou não, o processo de desenvolvimento territorial¹¹².

Todo território apresenta elementos pitorescos, próprios de sua formação e origem, esses aspectos tornam cada localidade única e com necessidades individuais. Cada local apresenta uma história, cultura, política e lideranças diferentes e sua própria maneira de lidar com as

¹¹² KOTLER et al (1994).

relações entre o setor público e o privado. Por conseguinte, é preciso reconhecer que não existem ideais, doutrinas, receitas ou simples elixires mágicos¹¹³.

A forma como aplicar a estratégia ou elaborar o planejamento pode seguir princípios fundamentais, baseados em estudos, no entanto, deve ser adaptada de maneira peculiar para cada território. Ainda que a definição de um conceito quanto a uma estratégia de desenvolvimento territorial seja difusa, devido ao fato de que cada região possui as suas características próprias, sua aptidão ou falta dela, deve-se salientar que tudo pode ser adequado e/ou mudado para melhor atender às necessidades e expectativas de melhoria de cada local, setor e região. Nesse viés, salienta-se que “uma estratégia formulada com eficácia, ordena, integra e aloca recursos, capacidades e competências de instituições, para que esta possa enfrentar com êxito o seu ambiente”¹¹⁴.

A estratégia pode ser organizada pelos atores sociais do desenvolvimento e lideranças do território, mas principalmente pode ser aceita e absorvida pela sociedade. Nesse caso, a estratégia de desenvolvimento territorial tem de estar focada na governança, ou seja, devem prover da própria comunidade regional.

O processo de desenvolvimento territorial depende da interação e sinergia entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, coordenados por uma matriz institucional que fortalece a união dos atores locais e regionais. Essa matriz e sinergia se chama governança territorial¹¹⁵.

A governança territorial está associada ao nível de empoderamento da sociedade, da existência de capital institucional, das relações de cooperação e confiança, do capital institucional, das estruturas de governança existentes, bem como da sustentabilidade das próprias instituições existentes nos territórios, promotoras ou não das ações de desenvolvimento territorial.

¹¹³ KOTLER et al. (1994).

¹¹⁴ HITT et al (2002, p.144).

¹¹⁵ BROSE (2000).

ESTÍMULO AO CAPITAL INSTITUCIONAL E À GOVERNANÇA TERRITORIAL

A noção de capital institucional tem a ver com o conjunto de atributos estruturais que devem estar incorporados às instituições de uma região, como: capacidade para tomada de decisões rápidas; flexibilidade organizacional/resiliência do tecido organizacional; capacidade de realizar acordos e de desenvolver a inteligência organizacional, de forma a permitir o monitoramento do entorno, além de relacionar-se com outros contextos regionais. As instituições e um adequado ambiente institucional constituem-se como fatores importantes para se estimular o desenvolvimento territorial.¹¹⁶

A noção de capital institucional se liga a de profundidade das relações organizacionais do próprio território, regidas por regras concertadas, cuja sustentabilidade implica na realização de uma ação ou em alternativas que promovam o desenvolvimento territorial, colocando como máxima a inserção social, a cooperação entre os indivíduos e a participação entre as instituições internas no território.

Decorrente dessa união de fatores e forças, que buscam impulsionar o desenvolvimento territorial, ressalta-se que os territórios se dinamizam numa escala temporal que inicia com produtos e serviços primários e avança em produtos industrializados. Ao longo do tempo, os territórios serão capazes de diversificar a estrutura de transformação e entrarem na exportação de serviços. De atividades essencialmente agropecuárias, o desenvolvimento regional exigirá que as regiões se tornem especializadas em atividades urbanas¹¹⁷.

O intuito de fortalecer a dinâmica da economia do território demanda a implementação de mudanças de ordens econômica e social. Assim, decorrente dessas mudanças, fazer as adaptações e adequações necessárias para a promoção do desenvolvimento territorial pelos arranjos institucionais e a participação da sociedade no planejamento do desenvolvimento da região, fomentando a cidadania, a democracia e a

¹¹⁶ BOISIER (1996).

¹¹⁷ PIFFER (2011).

governança¹¹⁸.

Por mudanças econômicas, entende-se uma transformação que envolve o fator demográfico, ou seja, expande a população criando consumidores e postos de trabalho; que envolve a matriz institucional, que organiza e estrutura a sociedade; e envolve o conhecimento humano, para inovar e aplicar novas técnicas, conseguir novos mercados e gerir o processo de desenvolvimento. Essas transformações propagam-se no espaço e auxiliam na transmissão e na reorganização na matriz econômica regional. O processo de desenvolvimento regional estimulado pelas atividades de base, à medida que incorpora novas tecnologias, cria infraestrutura, gera novas demandas internas e fortalece o arranjo institucional, fomenta economias externas, tais como mercados de bens e de serviços, e possibilita a redução dos custos de transação¹¹⁹.

Na governança se propõe a “aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente”, essa afirmação remete que “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública”¹²⁰. A capacidade governativa seria avaliada pelos resultados das políticas governamentais e também pela forma que o governo exerce o seu poder. A boa governança vem a ser “um requisito fundamental para um desenvolvimento regional, que incorpora ao crescimento econômico, equidade social e direitos humanos”¹²¹.

Dessa forma, os fóruns de desenvolvimento, os conselhos de desenvolvimento, os programas de desenvolvimento, as associações de desenvolvimento, entre outros, tornam-se instrumentos importantes para a promoção do desenvolvimento territorial. Essas instituições buscam favorecer e promover a articulação entre os atores, permitindo, na maioria das vezes, uma participação mais efetiva dos atores locais nas decisões sobre os rumos de suas regiões. Promove-se, assim, a

¹¹⁸ PIFFER(2011).

¹¹⁹ NORTH (1990).

¹²⁰ DINIZ (1995, p. 400).

¹²¹ SANTOS (1997, p.340).

discussão do planejamento regional, propondo ações e alternativas. Esse diálogo direto com a sociedade impulsiona não apenas a participação, mas também o empoderamento da comunidade, a democracia, cidadania e governança territorial.

Nesse caso, a governança territorial é produzida a partir das mudanças das relações interpessoais entre os indivíduos ou grupos sociais que facilitam determinadas ações. Além disso, depende da ação individual para a produção de um bem coletivo e é sustentado pelos pilares da confiança e da reciprocidade. Componente primordial nos laços de reciprocidade nos grupos ou comunidades¹²².

Os coletivos territoriais vêm assumindo um novo papel, ativo e criativo, no desenho e planejamento do seu próprio futuro, indicando, com isso, a consolidação de um novo paradigma de ação regional, no qual, diálogos, negociações e vínculos contratuais entre os atores do desenvolvimento territorial são uma característica básica. O estímulo do capital social é fator preponderante para que ocorra o desenvolvimento regional. A sociedade, dotada de capital humano e social, ao tomar nas próprias mãos muitas iniciativas que, até então, eram centralizadas pelo Poder Público, descobrem vários canais e atalhos com o exercício da cidadania e da participação por intermédio deste empoderamento social¹²³.

Com a sociedade trabalhando de forma cooperativa e solidária, estimulada por uma governança coletiva e participativa, a disseminação do conhecimento e de novas práticas vai ocorrer de forma plena e constante, decorrente da troca de experiência e da busca da melhoria da qualidade de vida. Pode-se afirmar que, quanto mais próximo do local que se originou o conhecimento, mais rapidamente será possível aprendê-lo, pois o conhecimento não é somente um fenômeno geográfico, ele é, também, um fenômeno social¹²⁴.

Por fim, o desenvolvimento territorial fortalecido e dotado de fatores endógenos tem a tendência de ser mais prolongado e constante com a geração da confiança do trabalho de forma cooperativa e

¹²² COLEMAN (1999).

¹²³ FRIEDMANN (1999).

¹²⁴ COWAN (2007).

participativa, e, as relações de confiança são de suma importância para a promoção do desenvolvimento regional.

Assim, o estímulo à governança territorial, como um instrumento de desenvolvimento territorial, surge como proposta para trazer a melhoria nas condições de vida das pessoas a partir de seu próprio território.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

AUGUSTA PELINSKI RAIHER

Os fatores intangíveis se tornam a peça crucial quando se avalia o desempenho de diferentes empresas, espaços, territórios. Por exemplo: mesmo quando se tem quantidades similares de recursos produtivos, os resultados do desenvolvimento territorial podem ser díspares em função do nível de capital intangível que cada território detém. Relacionamento entre os atores, nível de conhecimento e eficiência dos trabalhadores, capacidade de difusão do conhecimento, cooperação entre as empresas e entre seus consumidores, constituem alguns dos ativos intangíveis que diferenciam o desempenho de diferentes territórios na dinâmica do desenvolvimento¹²⁵. A maioria desses fatores está incorporada nas pessoas, ou seja, no capital humano e social disponível internamente no território, os quais criam valor contínuo para as organizações.

No âmbito territorial, a mesma lógica se verifica, de forma que o sucesso das políticas de desenvolvimento territorial depende dos fatores intangíveis existentes. Os tradicionais modelos de desenvolvimento apresentados até meados do século XX consideravam apenas os fatores tangíveis como determinantes desse processo; no entanto, estudos recentes demonstram que regiões com a mesma quantidade de fatores produtivos não necessariamente auferem ritmos iguais de desenvolvimento. Ademais, conforme se avança em termos de desenvolvimento econômico, os fatores de crescimento tradicionais perdem sua importância, dada a sua produtividade marginal, supridos pelos recursos intangíveis existentes. Assim, a capacidade dos atores em mobilizar, em usar, em explorar, combinar e integrar os recursos

¹²⁵ OCDE (1996); FERRERA DE LIMA (2011).

disponíveis localmente, torna-se um diferencial entre as regiões.

De modo geral, o desenvolvimento é um processo de construção da capacidade de uma comunidade, buscando melhorar o seu bem-estar. Ele não se restringe no crescimento econômico, mas na forma como os atores locais se articulam para auferi-lo, orientando as políticas de desenvolvimento territorial para esse fim. Assim, o desenvolvimento tem sua base no próprio território, procedente dos seus atributos físicos e, principalmente, do potencial social que se tem e da capacidade da comunidade em executar o processo de desenvolvimento, não dependendo apenas dos fatores externos¹²⁶.

Os ativos intangíveis de um território são cruciais na determinação do ritmo de desenvolvimento que se auferirá nesse espaço. Dentre os recursos intangíveis, o capital humano é o mais discutido na literatura. No entanto, os indivíduos e seu capital humano não existem isoladamente, de maneira que suas habilidades dependem do contexto social e institucional no qual estão inseridos. Assim, o capital social, institucional e o humano se interligam e formam os principais elementos propulsores do processo de desenvolvimento territorial.

Um dos maiores desafios dos investigadores desta área está na mensuração do capital intangível de um território. Em geral, foca-se em casos específicos de segmentos produtivos, ou em regiões parciais, não se conseguindo ter estudos mais abrangentes. Esta é uma lacuna que este trabalho busca equalizar, ao propor uma metodologia alternativa que mesure o capital intangível de todos os espaços brasileiros, utilizando dados secundários.

Para isso, este trabalho está dividido em três seções, incluindo esta. Na segunda são expostos os elementos teóricos que conceituam e descrevem as dimensões que compõem o capital intangível de um território. Na terceira seção apresenta-se a proposta metodológica para quantificar o capital intangível territorial, além de ser aplicada tal metodologia aos municípios paranaenses. Por fim, têm-se as considerações finais.

¹²⁶ FERREIRA e PESSÓA (2011).

O CAPITAL INTANGÍVEL DE UM TERRITÓRIO

O desenvolvimento de um território é o resultado do forte processo de articulação dos atores locais conjuntamente com as variadas formas de capital intangível existente. Destarte, esse processo depende da capacidade dos atores em organizar-se social e politicamente, concomitantemente com a disponibilidade dos diferentes tipos de capital intangível¹²⁷.

O capital intangível são todos os fatores não materiais que contribuem para o desempenho econômico de uma organização ou de um território¹²⁸. Por ser significativamente abrangente, não há consenso sobre a sua definição, de forma que cada autor atribui condutos variados para representá-lo. Entretanto, de maneira geral, a literatura foca no capital social, no conhecimento, no capital humano e no empreendedorismo regional como elementos-chave na formação do capital intangível de uma região¹²⁹, ativos que serão trabalhados com maior detalhe na sequência.

CAPITAL DO CONHECIMENTO

A singularidade do componente de conhecimento é a principal fonte geradora de vantagem competitiva para um indivíduo e/ou para uma organização. Quanto mais o conhecimento é utilizado, mais eficaz e eficiente ele se torna¹³⁰. Neste sentido, parcerias de pesquisas apresentam-se como cruciais para a construção do conhecimento e essas interações colaboram para o seu melhoramento, bem como para as inovações subsequentes. A identificação dos diferentes aspectos do conhecimento e dos potenciais atores envolvidos na sua criação, acumulação e distribuição se tornam relevantes, ressaltando que o nível de interação entre os agentes, formando redes de inovação, também influencia no fluxo de conhecimento alcançado no território.

¹²⁷ BOISIER (1992)

¹²⁸ EUSTACE (2000).

¹²⁹ SURINACH e MORENO (2011).

¹³⁰ ROTH e POPESCU (2012).

Em geral, as empresas mais inovadoras, aquelas que mais absorvem conhecimento, são as mais propensas a participar de redes colaborativas. Ademais, internamente, o conhecimento pode ser auferido por meio do fazer, usar e interagir, especialmente naquelas organizações cuja estrutura de aprendizado permite interações entre as equipes de trabalho, apresentando maior probabilidade de introduzir novos produtos no mercado¹³¹.

No território, um ator importante na acumulação de conhecimento são as universidades e centros de pesquisa e inovação. A interação entre essas organizações e as atividades produtivas contribuiu diretamente para essa formação, especialmente quando se tem parcerias buscando executar pesquisas cujo intuito é eliminar gargalos produtivos e/ou gerarem novos produtos. A proximidade geográfica entre as organizações de ensino, pesquisa e inovação e a atividade produtiva interfere e estimula o nível de conhecimento gerado. Quanto maior a sua interação, maior a probabilidade de se efetivar relações entre esses atores. As interações universidade-empresa criam canais específicos de comunicação, cambiando informações e compartilhando conhecimento.

A proximidade espacial estimula diferentes tipos de relacionamento entre as pesquisas acadêmicas e as atividades inovadoras das empresas, especialmente quando a interação Universidade-Empresa ocorre no mesmo espaço geográfico. Em geral, a diversificação da estrutura produtiva do território está ligada a fatores estimulantes dessa interação¹³².

Em síntese, a produtividade territorial não depende apenas das características internas das organizações, mas também da existência de fluxos de conhecimento. Este pode atingir outros atores produtivos que não estejam diretamente relacionados às atividades de investigações pública/privada, mas que, por meio dos *spillovers* de conhecimento, melhoram a eficiência global daquela economia.

Uma das principais dificuldades quando se trabalha com o capital intangível territorial, como é o caso do conhecimento, refere-se

¹³¹ SURINACH e MORENO (2011).

¹³² GARCIA *et al* (2011).

a sua mensuração. O principal meio de diagnosticá-lo se dá via pesquisa de campo, no entanto, a abrangência da análise fica comprometida pelos custos que se tem. Quando a mensuração do ativo conhecimento se der por meio da aplicação de questionário direto aos atores territoriais, se foca especialmente em seis eixos de análise: 1) Competências e capacidades tecnológicas nas empresas; 2) Modos de aprendizagem das empresas; 3) Empreendedorismo Acadêmico; 4) Redes de colaboração em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); 5) Redes de publicações internacionais, e; 6) Citações de patentes¹³³.

Uma segunda opção metodológica que permite mensurar o capital conhecimento – assim como os demais ativos intangíveis – é o uso de dados secundários, metodologia que ganha em termos de espaço regional analisado, mas perde em termos de foco. Para isso, se elabora um conjunto de indicadores de conhecimentos e capacitações científicas para os territórios. Nesse caso, há cinco indicadores quantitativos: 1) ocupações qualificadas; 2) número de empresas inovadoras; 3) registros de patentes; 4) registros de marcas; 5) indicadores da produção científica. Concomitantemente, se adicionam informações sobre a distribuição geográfica das instituições de infraestrutura científica, tecnológica e de serviços no estado, dentre outros elementos¹³⁴. Como resultado, se identificam padrões de distribuição espacial dessas instituições, dos demais indicadores de conhecimento e de capacitações científicas e tecnológicas, os quais tendem a estar próximos das aglomerações produtivas. Essas constatações corroboram a literatura quanto à relação direta entre as empresas inovadoras e as características geográficas, contribuindo diretamente para a construção do conhecimento regional.

CAPITAL HUMANO

Qualquer fator que eleve o retorno do trabalho, que aumente a produtividade, é entendido como capital humano, tornando a definição

¹³³ SURINACH e MORENO (2011).

¹³⁴ SUZIGAN *et al.* (2006).

significativamente ampla. A educação formal, a capacitação, a experiência, a própria alimentação, a saúde, a migração (visando tirar proveito de melhores oportunidades de trabalho), o ambiente familiar, cultural e a sociedade na qual se vive, formam o capital humano de um indivíduo. Da mesma forma, o Banco Mundial define o capital humano pelos padrões de saúde, educação e nutrição de uma população¹³⁵.

Neste escopo, o capital humano refere-se às habilidades adquiridas pelos indivíduos, atrelado a um ambiente favorável para se obter e usar tais qualificações. A acumulação de capital humano é fundamental nos modelos de crescimento endógeno. Há três vias pelas quais o capital humano pode afetar o crescimento econômico de um território: diretamente, por meio do aumento da habilidade do trabalhador, elevando sua produtividade; indiretamente, por meio da criação de inovações e por meio da difusão de tecnologias¹³⁶. No caso destes dois últimos, o capital humano se torna essencial para transformar ideias e inovações em novos processos e produtos, bem como para adaptar tais descobertas ao sistema produtivo vigente nas regiões.

Alguns trabalhos vão além, inferindo como decisivo para o processo de crescimento econômico não apenas a quantidade de capital humano, mas principalmente sua qualidade. Outro elemento é o papel das externalidades do capital humano para o crescimento econômico. As externalidades são significativamente mais fortes para a qualidade da força de trabalho do que para a quantidade de capital humano de determinado território. Ademais, pesquisas demonstraram¹³⁷ que a qualidade é significativa para explicar disparidades de renda internacional.

Da mesma forma, a qualidade do capital humano é uma característica importante na determinação dos efeitos deste fator sobre o nível e a taxa de crescimento da renda por trabalhador. Num estudo¹³⁸ sobre o efeito individual da qualidade e quantidade do capital humano

¹³⁵ SCHULTZ (1961); ARAUJO (2008).

¹³⁶ NABASHI (2005).

¹³⁷ HANUSHEK e KIMKO (2000).

¹³⁸ NAKABASHI e SALVATO (2007).

em relação à renda por trabalhador dos estados brasileiros, verificou-se que um ano a mais de estudo sem mudanças na qualidade resulta num impacto menor na renda do que quando se considera simultaneamente a qualidade e a quantidade. Da mesma forma, a quantidade de capital humano não exerce efeito no dinamismo econômico de um território, mas alterações na sua qualidade é decisiva para o processo¹³⁹.

As evidências empíricas convergem para a importância do capital humano na fomentação do crescimento econômico de um território, com especial destaque para a qualidade desse fator.

Empiricamente, as medidas típicas do capital humano incluem “anos de escolaridade” ou o “percentual da força de trabalho com ensino secundário ou superior” ou “taxas de matrícula”. No entanto, conforme abordado anteriormente, estas *proxies* negligenciam outros aspectos do capital humano, como experiência no trabalho, conhecimentos específicos, a qualidade do capital humano etc. Alguns autores¹⁴⁰ consideram como capital humano a média de anos de estudo da população ponderada pelo percentual dos professores com diploma de graduação, pelo desempenho dos alunos (taxa de aprovação) e pelo número de alunos por sala de aula. Outros indicadores seriam testes de proficiência internacional¹⁴¹, o percentual da população em idade de trabalhar que está matriculada no ensino secundário ponderado pelo valor do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH¹⁴².

CAPITAL SOCIAL

O capital social impulsiona fortemente a convergência territorial. Ele contribui para a criação e difusão de conhecimento, atuando, indiretamente, na melhoria de outros insumos tecnológicos, como, por exemplo, esforços de Pesquisa e Desenvolvimento e formação do capital humano. A externalidade social incorporada nas relações humanas facilita a criação, aquisição e difusão de

¹³⁹ RAIHER (2009).

¹⁴⁰ NAKABASHI e SALVATO (2007).

¹⁴¹ HANUSHEK e KIMKO (2000).

¹⁴² NAKABASHI e FIGUEREDO (2008).

conhecimento e, por isso, esse fator detém uma importância significativa no processo de desenvolvimento de um território¹⁴³.

O capital social reflete a cooperação entre os atores que apresentam objetivos comuns, os quais, por meio de troca de conhecimento e de informação, da participação política e do associativismo, auferem objetivos (como recursos, tecnologias etc.) que não seriam alcançados se os agentes estivessem atuando de maneira isolada¹⁴⁴.

O capital social também reflete a acumulação dos recursos reais e potenciais, derivados especialmente da rede de relacionamento construída pelos agentes, os quais formam uma unidade social. Resumidamente, é a capacidade organizacional que facilita a criação e a difusão do conhecimento¹⁴⁵. O capital social vai depender do tamanho da rede de relacionamentos e da capacidade de mobilizar os ativos econômicos, cultural e simbólico¹⁴⁶ que a rede tem acesso. As relações sociais estabelecidas internamente e entre os grupos de uma comunidade representam o aspecto central da teoria do capital social. Exemplos de capital social são a confiança, as normas e redes, elementos que contribuem para o melhoramento da eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas¹⁴⁷. O principal ganho do capital social como ativo intangível refere-se à promoção do intercâmbio de informações, contribuindo na redução dos custos de transação, potencializando a elevação da produtividade e da renda da região.

Num estudo feito para a União Europeia, dividiram o indicador de capital social em duas dimensões: dimensão estrutural, incluindo indicadores de participação em organizações de voluntariado, socialização informal com amigos e colegas, com membros da família e participação em ações políticas; dimensão cognitiva, incluindo indicadores de confiança generalizada para desconhecidos, confiança

¹⁴³ SURINACH e MORENO (2011).

¹⁴⁴ FERREIRA e PESSÓA (2012).

¹⁴⁵ NAHAPIET e GHOSHAL (1998).

¹⁴⁶ BOISIER (1992) conceitua o capital simbólico como qualquer forma de capital que pode ser representada ou apreendida numa relação de conhecimento.

¹⁴⁷ PUTNAM (2000).

institucional, aceitação de normas sociais e interesse em assuntos políticos¹⁴⁸.

Num estudo feito especificamente para a Itália, foram utilizadas duas medidas estatísticas para mensuração do capital social: o primeiro obteve informações sobre grupos e seus membros, clubes esportivos, partidos políticos etc.; o segundo referiu-se a uma série de perguntas acerca de valores e comportamentos¹⁴⁹.

Outro estudo usou como *proxy* para o capital social aspectos referentes à participação associativa dos indivíduos, às manifestações de interesse na organização da sociedade civil e atividades dos conselhos gestores municipais, analisando municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes¹⁵⁰.

Em todos os estudos, denotam-se a dificuldade de se obter dados que captem aspectos do capital social tanto em escala nacional como internacional, em função da subjetividade contida no conceito.

EMPREENDEDORISMO TERRITORIAL

O empreendedorismo ocorre quando um indivíduo identifica novas oportunidades de negócios, independente dos recursos que estão disponíveis. Para se ter empreendedorismo é necessário ter o empreendedor, o qual é um produto do meio em que vive, das relações sociais que o cercam¹⁵¹. O empreendedorismo é um fenômeno territorial, de maneira que o perfil empreendedor pode variar de um território a outro, resultado dos aspectos internos de cada espaço¹⁵².

Neste sentido, o empreendedorismo territorial é um ativo intangível, complementar ao capital do conhecimento, tendo o potencial para elevar a eficiência do reconhecimento e da exploração das oportunidades empresariais¹⁵³. Refere-se à orientação empreendedora de todos os indivíduos de um território, com vista a desenvolver

¹⁴⁸ SURINACH e MORENO (2011).

¹⁴⁹ PUTNAM (2000).

¹⁵⁰ VIEIRA *et al* (2012).

¹⁵¹ DORNELAS (2004).

¹⁵² DOLABELA (1999).

¹⁵³ SURINACH e MORENO (2011).

atividades empreendedoras e iniciar novos negócios. Os autores argumentam que a disparidade na exploração das oportunidades entre os territórios tende a explicar as diferenças obtidas no crescimento econômico territorial.

Em geral, o ambiente empreendedor se ancora em sete pilares: no ambiente regulatório, na infraestrutura, no mercado, no acesso a capital, na inovação, no capital humano disponível e na cultura. Ou seja, tem-se uma parte da formação do ambiente empreendedor regional que depende dos ativos intangíveis apresentados anteriormente, numa ação complementar¹⁵⁴. Assim, o empreendedorismo regional seria a materialização do conhecimento, da inovação, das redes de cooperação, da disponibilidade de capital, do ambiente institucional, dentre outros fatores.

Numa pesquisa internacional¹⁵⁵ se construiu um indicador multidimensional, o qual visou medir a orientação empresarial de todos os indivíduos de uma região, e o comportamento empreendedor existente. Como *proxy*, dada a não existência de outras informações, usaram a taxa de autoemprego e o número de novas empresas por região.

No Brasil, uma pesquisa mensurou o empreendedorismo, analisando o Estado do Rio de Janeiro¹⁵⁶. Nela, várias análises foram feitas, com destaque para dois indicadores: empreendedorismo formal, medido pela soma de indivíduos empregadores e por conta própria, e; taxa de sucesso dos empreendedores, identificando o percentual de empreendedores que são empregadores.

¹⁵⁴ ENDEAVOR BRASIL (2014)

¹⁵⁵ SURINACH e MORENO (2011).

¹⁵⁶ SEBRAE (2015).

CAPITAL INTANGÍVEL TERRITORIAL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

No caso do Brasil, a maioria das pesquisas acerca do capital intangível analisa casos ou regiões específicas, com informações qualitativas, obtidas com parcela da população. Este é o caso de um estudo¹⁵⁷ que mensurou o capital social de três Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina, abrangendo dimensões transversais do capital social, entrevistando 499 pessoas.

Outro exemplo é uma pesquisa¹⁵⁸ que tratou do capital relacional presente em um aglomerado produtivo de móveis da região de Ubá, em Minas Gerais, representado pelo conjunto de recursos presentes nas redes, fruto dos laços, conexões e relacionamentos existentes tanto no âmbito local como externo, dos empreendedores, empresas e de demais agentes sociais da região. A pesquisa considerou uma matriz individual de conexão para cada organização produtiva, abordando os elementos: categorias de contato (outras empresas, clientes, fornecedores, entidades públicas, entidades empresarias, universidades, bancos, etc.); nível de abrangência (contato local, estadual, nacional e internacional); a frequência (relações diárias, mensais, etc.); inovação empresarial (grau de impacto de um novo produto nas vendas de um grupo de empresas).

No Paraná, um estudo¹⁵⁹ mensurou o potencial interno de desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções do Sudoeste do Paraná, por meio de um índice dividido em três partes: ações conjuntas (objetivos comuns, práticas cooperativas, vantagens percebidas, probabilidade de ações e inovação coletiva); capital social (interação da rede social; participação no APL, relacionamento no APL, atributos sociais, atributos territoriais e capacidade inovativa), e; governança local (centralidade, comunicação e relacionamento, sinergia local, planos de ações, liderança, práticas democráticas, organização, ambiente inovativo). Os principais dados para a composição do índice

¹⁵⁷ SEHNEM (2011).

¹⁵⁸ VALE (2007).

¹⁵⁹ MARINI e SILVA (2010).

foram coletados via questionários aplicados aos atores sociais do território.

Frente ao exposto, a maioria dos estudos que visa mensurar o desenvolvimento territorial por meio do capital intangível é específica, com metodologias que dificilmente se consegue aplicar num espaço maior, com algumas exceções¹⁶⁰.

Nesse sentido, este texto contribui para a literatura, apresentando uma proposta quantitativa, visando mensurar o desenvolvimento territorial com foco no capital intangível. O objetivo é identificar *proxies* para o capital social, capital do conhecimento, capital humano e empreendedorismo regional, que permitam fazer as mais diversas agregações espaciais (análise municipal, microrregional etc.) com dados secundários.

Quando se busca o desenvolvimento de longo prazo, o dinamismo econômico de um território dependerá da capacidade de organização social e política, resultando numa autonomia local para a tomada de decisões, permitindo que se tenha ampliação da capacidade produtiva, afetando o processo de crescimento econômico local¹⁶¹. Por isso a importância de se identificar, independentemente do nível de agregação, o capital intangível que se tem.

Tendo como parâmetro a pesquisa realizada na União Europeia¹⁶², quatro dimensões do capital intangível foram investigadas: capital social, capital do conhecimento, capital humano e empreendedorismo regional. Nas subseções seguintes apresentar-se-á a composição de cada uma delas, seguida da metodologia sugerida para calcular os índices de cada dimensão e uma aplicação empírica para o Estado do Paraná.

ÍNDICES E FONTE DE DADOS

¹⁶⁰ SURINACH e MORENO (2011)trabalharam com pesquisa de campo e mesmo assim conseguiram investigar o capital intangível de vários espaços; no entanto, tal feito se deu por ser um projeto (IAREG - *Intangible Assets and Regional Economic Growth*) financiado pela União Europeia, com 12 parceiros de diferentes países da Europa. Assim, tal estudo se constitui uma exceção em meio ao que comumente ocorre nas pesquisas da área.

¹⁶¹ HADDAD (2009)

¹⁶² SURINACH E MORENO (2011)

Cada subíndice que compõe o capital intangível territorial (**ICIT**) tem como referência trabalhos da área. Muitas vezes, não se conseguiu as mesmas variáveis, entretanto, se usou *proxies* utilizadas em estudos correlatos. Ademais, dada a proposta de se construir um índice de capital intangível com dados secundários, algumas categorias importantes não puderam ser incluídas. Esta é uma limitação, mas que, em parte, é compensada pela amplitude de análises que se pode fazer em termos geográficos.

Inicialmente, o subíndice de conhecimento (**IC**) foi composto por quatro indicadores, conforme descrito em (1): índice de distribuição geográfica das instituições de infraestrutura científica e tecnológica (**IIT**); ocupações qualificadas (**IOQ**); índice de interação universidade-empresa (**IUE**), e; índice de especialização produtiva intensiva em tecnologia (**IT**).

No caso do **IIT**, mensurou-o pelo número de estabelecimentos (classes CNAE) relacionados a atividades de ensino superior e educação profissional (fonte: RAIS) em relação ao tamanho da população (fonte: Ipeadata). Para o **IOQ**, utilizou-se dados referentes ao emprego (CBO – subgrupo – Fonte: RAIS) das categorias com perfil técnico e técnico científico¹⁶³ em relação ao emprego total (fonte: RAIS). As atividades incluídas buscaram abranger aquelas que se vinculam com o processo de geração e difusão de novos conhecimentos técnicos e científicos, como engenheiros, físicos, químicos e biólogos, além de ocupações técnicas e operacionais, dentre outros com capacitações relevantes para o processo de inovação. Foram selecionados 28 Grupos de Base de um total de 187.

Na construção do **IUE**, coletaram-se informações do Diretório de Grupos de Pesquisa da Base Lattes do CNPq, em que, numa das questões, o líder de cada grupo de pesquisa responde acerca das interações do grupo com empresas¹⁶⁴. A base de dados dos grupos de pesquisa reúne informações sobre pessoal envolvido (pesquisadores, estudantes e técnicos), linhas de pesquisa e área do conhecimento,

¹⁶³ Relacionadas a atividades de trabalhadores que resultam em bens e serviços que, de alguma forma, estão relacionadas com atividade de Pesquisa e Desenvolvimento.

¹⁶⁴ Procedimento estruturado por GARCIA *et al.* (2011).

produção acadêmica (medida por publicações científicas e patentes), interações com empresas e outras instituições (e os tipos de interações que são realizadas). E é essa última informação que se utilizou na construção de IUE.

Seria importante ter, no índice do conhecimento, alguma *proxy* mensurando o nível de inovação, de tecnologia da região. Em geral, as pesquisas específicas utilizam o número de inovações das empresas. Quando não se utiliza de pesquisa de campo, a principal fonte para compor esse indicador é a Pintec. No entanto, ela só tem informações desagregadas a nível estadual. Por isso, optou-se por medir o nível tecnológico da indústria (IT) por meio do percentual de empregos da indústria da alta e média alta tecnologia de cada região (fonte: RAIS), considerando a seguinte classificação¹⁶⁵: setores aeroespacial; farmacêutico; informática; eletrônica e telecomunicações; Setores de material elétrico; veículos automotores; química, excluído o setor farmacêutico; ferroviário e de equipamentos de transporte; máquinas e equipamentos. Isto posto, com esses quatro indicadores construiu-se o IC:

$$IC = \phi_1 IIT + \phi_2 IOQ + \phi_3 IUE + \phi_4 IT \quad (1)$$

Ressalta-se que cada indicador de (1) foi ponderado (ϕ), e para isso utilizou-se a análise dos componentes principais. No entanto, na construção dos pesos não se usou os valores dos componentes em si, mas os resultados anteriores à análise de componentes principais, com as seguintes etapas¹⁶⁶:

i) Obtenção dos autovalores da matriz de correlação, por meio da análise do componente principal (ACP). Em cada um deles tem-se a explicação na variância, destacando que a soma de todos corresponde à variância total dos componentes e, dessa forma, a variância total dos indicadores selecionados.

ii) Recálculo dos autovalores da matriz de correlação,

¹⁶⁵ FURTADO e CARVALHO (2005)

¹⁶⁶ CROCCO *et al.* (2006).

buscando encontrar a participação relativa de cada um dos elementos em cada um dos componentes. Primeiramente, cada autovalor fica em módulo e, na sequência, é dividido pelo somatório dos autovalores absolutos de seu componente, obtendo sua participação no componente correspondente.

iii) A construção dos pesos é dada por meio da multiplicação da participação relativa dos indicadores nos componentes com a variação caracterizada pelo componente. A soma fornece o peso de cada indicador.

A soma dos pesos $\varphi_1 + \varphi_2 + \varphi_3 + \varphi_4$ é igual a “um”, criando uma combinação linear dos indicadores propriamente padronizados. Essa metodologia para calcular os pesos de (1) também foi aplicada nos demais subíndice do capital intangível, ou seja, em (2), (3), e (4).

A segunda dimensão que compõe o índice do capital intangível refere-se ao capital humano (**ICH**), elemento essencial para transformar ideias e inovações em novos processos e produtos. Nele, agregaram-se três indicadores (2) que mesclam aspectos quantitativos e qualitativos do capital humano: índice de desenvolvimento da educação básica (**IDEB**, com dados do INEP, anos finais); **IEM**, mensurando o percentual de trabalhadores com escolaridade inferior ao ensino médio completo (fonte: RAIS), e; **ILCH**, se referindo à escolaridade média do trabalhador formal (fonte: RAIS) ponderada pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)¹⁶⁷. O IFDM retrata aspectos de qualidade de vida, o que contribui para a formação da qualificação, das habilidades dos indivíduos. Um aspecto positivo do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal é a amplitude e a periodicidade do mesmo, que é anual e está disponível para todos os níveis de agregação regional.

O **IEM** foi incluído em (2), no entanto, com uma conotação negativa, supondo que quanto menor é a instrução “formal” dos trabalhadores, menor é a sua produtividade. Mesmo em funções rotineiras, quanto maior é a formação dos indivíduos, maior tende a ser

¹⁶⁷ O uso do IFDM foi inspirado na metodologia aplicada por NAKABASHI E FIGUEREDO (2008), os quais usaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

sua habilidade e maior é a sua eficiência na execução da sua função dentro do processo produtivo¹⁶⁸.

$$ICH = \phi_1 IDEB - \phi_2 IEM + \phi_3 ILCH \quad (2)$$

Enquanto o capital humano é considerado um atributo dos indivíduos que dispõe de um estoque de competências, qualificações e conhecimentos, o capital social é comumente considerado um atributo da comunidade¹⁶⁹. Por isso, o índice do capital social (ICS) buscou captar esses aspectos, observando as tendências de organização social da região. Três são os indicadores que compõem o ICS (3): indicador de participação política (IPP), com dados do Tribunal Superior Eleitoral referente à filiação em partidos políticos em relação à população total; indicador de participação da população na gestão pública (IPGP), mensurado pela existência dos Conselhos de Educação, Saúde, Segurança Pública, Segurança Alimentar e Direitos Humanos, disponíveis na base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁷⁰; indicador de associativismo regional (IAR), com dados da RAIS estabelecimentos (Cnae 2.0) referente aos diferentes tipos de associação em relação ao total da população¹⁷¹.

$$ICS = \phi_1 ICS + \phi_2 IPGP + \phi_3 IAR \quad (3)$$

Por fim, tem-se o índice empreendedorismo regional (IER), que é composto por dois indicadores (4)¹⁷²: indicador de empreendedores formais (IEF), mensurado pelo percentual de empregadores (com zero ou mais empregados) em relação à ocupação total, cuja fonte é a RAIS, e; indicador de sucesso dos empreendedores (ISE), medido pelo total de estabelecimentos empregadores (que tem

¹⁶⁸ NELSON e PHELPS (1966).

¹⁶⁹ NATIONAL STATISTICS (2001).

¹⁷⁰ VIEIRA *et al.* (2012) utilizou informações obtidas junto à Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), a qual tem periodicidade anual e é realizada pelo IBGE.

¹⁷¹ Incluiu-se: Atividades de Organizações Associativas Patronais, Empresariais e Profissionais; Atividades de Organizações Sindicais; Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais; Atividades de Organizações Associativas não Especificadas Anteriormente.

¹⁷² Seguindo os indicadores usados por SEBRAE (2015).

mais de zero empregados) em relação aos empregadores totais (que tem zero ou mais empregados). Este último capta a proporção de indivíduos que são bem-sucedidos em seu próprio negócio e conseguem expandi-lo contratando trabalhadores.

$$IER = \phi_1 IEF + \phi_2 ISE \quad (4)$$

O quadro 1 demonstra a estrutura do índice do capital intangível territorial, o qual tem a agregação do índice do capital social, do capital conhecimento, do capital humano e do empreendedorismo regional, com pesos iguais para todas as dimensões (5).

$$ICIT = IC + ICH + ICS + IER \quad (5)$$

Quadro 1: Composição do Índice do Capital Intangível Territorial e seus subíndices

Índice do Capital Intangível Territorial (ICIT)	Índice do Capital Conhecimento (IC)	Distribuição geográfica das instituições de infraestrutura científica, tecnológica (IIT) (+)	Ocupações qualificadas (IOQ) (+)	Interação universidade-empresa (IUE) (+)	Especialização produtiva intensiva em tecnologia (IT) (+)
	Índice do Capital humano (ICH)	Índice de desenvolvimento da educação básica – anos finais (IDEB) (+)	Trabalhadores com escolaridade inferior ao ensino médio completo (IEM) (-)		Escolaridade média ponderada pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (ILCH) (+)
	Índice do Capital Social (ICS)	Participação política (IPP) (+)	Participação da população na gestão pública (IPGP) (+)		Associativismo regional (IAR) (+)
	Índice Empreendedorismo Regional (IER)	Empreendedores formais (IEF) (+)		Sucesso dos empreendedores (ISE) (+)	

Fonte: Resultado da pesquisa.

APLICAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Mesmo detendo o mesmo nível de recursos produtivos, o desempenho econômico das regiões pode ser distinto, explicado pela diferença de capital intangível que existe localmente. A interação entre os atores, a difusão do conhecimento, a condução de novas atividades, a organização política em busca dos objetivos comuns, são alguns dos meios pelos quais as características de cada região podem distinguir o processo de desenvolvimento econômico.

Neste sentido, é importante considerar esses fatores intangíveis na determinação da dinâmica econômica regional. No caso deste trabalho, propõe-se uma mensuração desses fatores apresentando uma metodologia abrangente, capaz de ser aplicada para os diferentes espaços brasileiros, conforme descrito na subseção anterior.

Um exercício metodológico foi aplicado para os municípios do Paraná. Na figura 1 tem-se a distribuição espacial de cada um dos índices que formam o capital intangível territorial (ICIT). É importante destacar que não necessariamente os municípios que tiveram elevados valores numa das dimensões apresentaram altos montantes em outras. O índice mais discrepante dos demais foi o empreendedorismo regional (IER), que não necessariamente teve correspondência espacial com os outros índices.

Ademais, observa-se que o IER apresentou valores baixos especialmente no Leste do Estado, região que concentra o maior polo industrial do Paraná, abrangendo a Região Metropolitana de Curitiba. Isso sinaliza que o IER estava mais presente nos municípios nos quais a atividade produtiva não era tão intensa, evidenciando o desenvolvimento de atividades locais. Tal fato foi comprovado quando se correlacionou o capital físico (*proxy*: a energia elétrica industrial *per capita*) com o IER, obtendo um valor de -0,39, o que significa que naqueles municípios com elevado capital físico teve-se um baixo IER (e vice-versa).

Na figura 1(e) é apresentado o índice do capital intangível

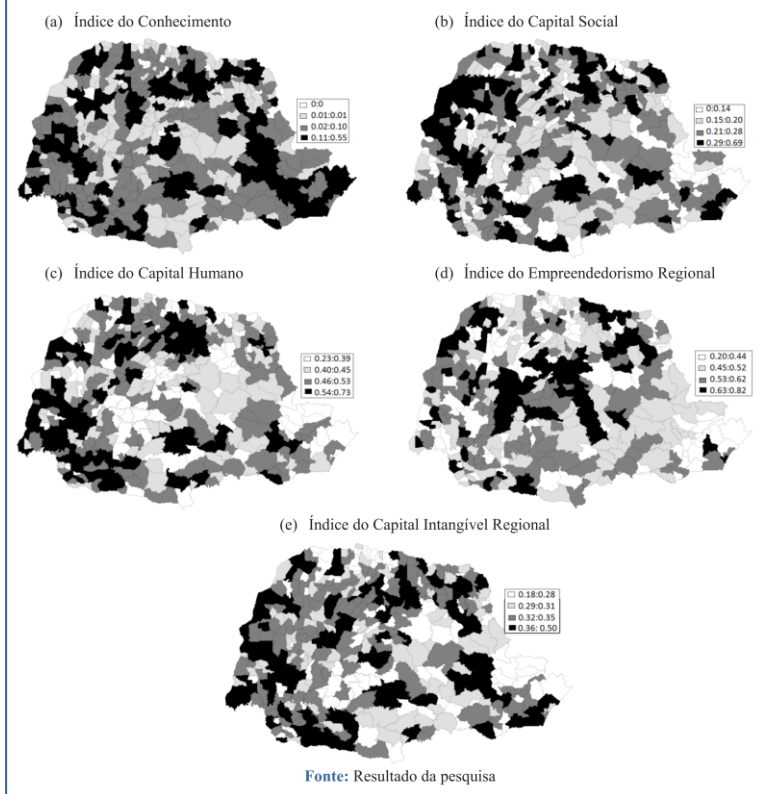
territorial (ICIT), sintetizando todos os ativos intangíveis que cada município detinha em 2014, e que, conforme autores citados anteriormente, teriam o potencial para fomentar o desenvolvimento territorial. Observa-se certa contiguidade dos melhores resultados e dos piores, com lacunas no sul, no centro, e em alguns espaços do leste e nordeste paranaense. A distribuição espacial do ICIT não é aleatória, pois existe proximidade entre os municípios com os maiores índices e os com os menores valores. Essa contiguidade é comprovada pela tabela 1, na qual se tem a estatística *I* de Moran.

A estatística *I* de Moran permite identificar se a distribuição espacial de uma determinada variável ocorre de forma aleatória ou não. A hipótese nula a ser testada é a de que a distribuição espacial da variável é aleatória. Um valor de *I* de Moran maior do que o seu valor esperado indica uma autocorrelação espacial positiva, em que, municípios com elevados valores de uma variável também têm vizinhos com altos valores (e vice-versa); já um valor de *I* de Moran abaixo do seu valor esperado corresponde a

uma autocorrelação espacial negativa, indicando que municípios com elevados (baixo) valores da variável analisada estão rodeadas por microrregiões com baixos (elevados) valores¹⁷³ (ALMEIDA, 2012).

¹⁷³ ALMEIDA (2012).

Figura 1: Índice do capital intangível regional e seus subíndices – municípios do Paraná – 2014



Pela Tabela 1, os resultados da pesquisa para o Índice de Capital Intangível Territorial e seus subíndices apresentaram um coeficiente positivo e estatisticamente significativo para o ICIR. A partir desses resultados infere-se a existência de um padrão de distribuição espacial dos ativos intangíveis ao longo do Paraná.

Tabela 1: Coeficiente I de Moran para o índice do capital intangível territorial e para os seus subíndices - municípios do Paraná – 2014

Índices	Matriz de convenção				
	Rainha	Torre	4 Viz.	5 Viz.	6 Viz.
ICIT	0,17*	0,17*	0,18*	0,17*	0,17*
IER	0,21*	0,21*	0,22*	0,21*	0,20*
ICS	0,11*	0,11*	0,10*	0,10*	0,10*
ICH	0,26*	0,27*	0,27*	0,24*	0,24*
IC	0,12*	0,12*	0,16*	0,14*	0,12*

Fonte: Estimado pelo autor por meio do software Geoda.

Nota: A pseudossignificância empírica baseada em 999 permutações aleatórias; * significativo a um nível de significância de 5%.

Por fim, relacionou-se o índice do capital intangível territorial com o crescimento econômico de cada município do Paraná, visando testar a importância dos ativos intangíveis locais para a dinâmica econômica municipal. Além do ICIT, incluiu-se, como variável explicativa, o consumo de energia elétrica industrial *per capita - proxy* para o capital físico. Utilizou-se a econometria espacial, dada a existência de dependência espacial. Nesta metodologia, o primeiro passo é a decisão sobre o melhor modelo espacial: Modelo de defasagem espacial (SAR) ou Modelo de erro autorregressivo espacial (SEM). Para detectar a autocorrelação espacial e definir o modelo espacial mais apropriado, considerou-se o teste focado do tipo Multiplicador de Lagrange (ML)¹⁷⁴, o qual indicou o modelo SAR como o mais apropriado. Na sequência, reestimou, considerando a defasagem espacial das variáveis explicativas, tendo o modelo Durbin Espacial- SDM¹⁷⁵ - como o mais apropriado. No caso deste último, o intuito era identificar os efeitos de transbordamentos do capital intangível e do capital físico de um município sobre o crescimento econômico do seu envoltório.

Os resultados encontram-se na Tabela 2. Como corolário, o capital intangível de cada município exerce um efeito positivo e

¹⁷⁴ Para maiores detalhes dos procedimentos da escolha ver SILVA *et al.* (2013).

¹⁷⁵ Maiores detalhes sobre os diferentes métodos de estimação da econometria espacial ver ALMEIDA (2012).

estatisticamente significativo no crescimento econômico, corroborando com autores¹⁷⁶, que destacam a importância desses ativos para a dinâmica interna de cada região.

O capital físico também apresentou um efeito positivo e estatisticamente significativo, conforme se esperava. No entanto, esses resultados indicam que não apenas os recursos produtivos são importantes para se ter crescimento econômico, mas se ter coesão social, redes de cooperação, associativismo, qualificação de mão de obra, ambiente inovativo etc., para que o desenvolvimento se processe de maneira sustentável. Ou seja, ao elevar os recursos tangíveis consegue-se aumentar o dinamismo econômico de um município, entretanto, ao aumentar os tangíveis concomitantemente com os intangíveis, o efeito final no crescimento econômico tende a ser significativamente superior.

No que se refere à defasagem espacial do PIB *per capita* (ρ), apresentou uma relação positiva com o processo de crescimento econômico do seu envoltório, de modo que um município que apresente um elevado PIB *per capita* tende a gerar externalidades positivas aos seus vizinhos, elevando o crescimento econômico do seu envoltório. Assim, tende-se a ter transbordamento do dinamismo econômico para a vizinhança, com a formação de *clusters* do desenvolvimento ao longo do espaço paranaense.

Tabela 2: Diagnósticos para dependência espacial, resultados e testes econométricos dos modelos de defasagem espacial (SAR) e Durbin espacial (SDM), cuja variável dependente é "Ln PIB *per capita*" – municípios paranaenses – 2014

VARIÁVEIS	MQO	SAR	MQO	SDM
Ln Índice do capital intangível regional	0,55* (0,00)	0,51* (0,00)	0,55* (0,00)	0,54* (0,00)
Ln Capital Físico	0,11* (0,00)	0,10* (0,00)	0,10* (0,00)	0,10* (0,00)
W Ln Índice do capital intangível regional	-	-	0,02 (0,94)	0,08 (0,77)

¹⁷⁶ FERRERA DE LIMA (2012); FERREIRA e PESSÔA (2011); BOISIER (1992).

W Ln Capital Físico	-		0,04 (0,09)	0,04 (0,10)
ρ	-	0,22* (0,00)	-	0,24* (0,00)
ML ρ (defasagem)	13,54*		1,79	
MLR ρ (defasagem robusta)	11,08*		8,23*	
ML λ (erro)	2,53		0,06	
MLR λ (erro robusto)	0,70		6,51*	
BreuchPagan test	0,24		5,08	
Jarque-Bera**	40,02*		39,88*	

Fonte: Resultado da pesquisa

Nota: Entre parênteses está reportado o *p-valor* da estatística t; a matriz de convenção utilizada foi a de seis vizinhos, tendo em vista que foi a que apresentou os maiores resultados na investigação da distribuição espacial da estimativa; (**). Como houve problemas de normalidade do erro, usou o método de momentos generalizados. (*) Significativo a um nível de significância de 1%. Ln refere-se ao logaritmo.

A defasagem espacial do capital físico e do capital intangível não se apresentou estatisticamente significativa, não exercendo um efeito de transbordamento no crescimento econômico dos municípios vizinhos. Assim, o efeito do capital intangível e tangível no PIB *per capita* se dá somente no município no qual tais ativos estão sendo fomentados, e não no seu envoltório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar uma proposta quantitativa visando mensurar o grau de desenvolvimento territorial, com foco no capital intangível. O objetivo era identificar *proxies* para o capital social, capital do conhecimento, capital humano e empreendedorismo regional, permitindo fazer as mais diversas agregações espaciais (seja análises municipais, microrregionais etc.).

De maneira geral, foram selecionados alguns indicadores representativos desses ativos intangíveis, cujas variáveis estão disponíveis em bancos de dados com as menores agregações espaciais e

em anos contínuos. A possibilidade de se analisar, ao longo do tempo, a dinâmica desses ativos é fundamental para que se avalie o processo de desenvolvimento territorial de todos os espaços brasileiros. Além disso, permite que intervenções públicas sejam feitas especialmente naquelas regiões em que os recursos intangíveis não estão sendo desenvolvidos, ou naquelas que estão perdendo dinamismo desses ativos ao longo do tempo.

O exercício metodológico aplicado ao Paraná demonstrou que as regiões podem ter diferenças de crescimento econômico ainda que detenham o mesmo nível de recursos produtivos. Isso reforça a importância de se avaliar não somente a quantidade de capital tangível de uma região, mas a formação dos ativos intangíveis.

Por fim, cabe frisar que este trabalho tem como limitação não conseguir abranger outras variáveis importantes na formação do capital intangível regional. Ao mesmo tempo, sua contribuição está na construção efetiva de um índice que dá *pista* acerca do desenvolvimento territorial de qualquer espaço brasileiro, intertemporalmente.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

CAMILO FREDDY MENDONZA MOREJON
JANDIR FERRERA DE LIMA
TATIANI SOBRINHO DEL BIANCO

A análise dos dados sobre o nível de desenvolvimento humano das regiões, em especial dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, revela a necessidade de se pensar em políticas de desenvolvimento territorial com inclusão social. Em geral, em especial no Brasil, o que prevalece em algumas análises territoriais é foco no crescimento econômico. É certo que as melhorias em termos de emprego e renda tendem a fortalecer a longevidade, pois garantem às famílias melhores condições no poder de compra. Porém, se não houver melhorias na produtividade e na conservação e manutenção dos recursos naturais, esses ganhos tendem a desaparecer no longo prazo¹⁷⁷.

Assim, quando se discute o desenvolvimento territorial, os indicadores de desempenho não devem apenas ser baseados nas variáveis econômicas, pois esses indicadores devem, também, contemplar as variáveis sociais e aquelas relacionadas com o meio ambiente. Nesse contexto, um indicador de sustentabilidade do território deve ter como base aspectos sociais, econômicos e ambientais, possibilitando uma avaliação completa do território a ser analisado e, com isso, identificar o seu perfil de desenvolvimento sustentável.

Cabe lembrar que os indicadores de sustentabilidade em escala territorial constituem um sistema de informações que permite que se avalie o progresso no que diz respeito à questão ambiental, social e econômica. No entanto, o conjunto de dados que se pode incluir no escopo da análise possibilita uma visão mais ampla do processo de desenvolvimento territorial, conforme o problema a ser pesquisado.

¹⁷⁷ RAIHER e FERRERA DE LIMA (2014).

Dessa forma, os indicadores de sustentabilidade tornam-se também instrumentos para a elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial em diferentes concepções¹⁷⁸.

A partir desse cenário, esse texto apresenta informações para se elaborar o Índice de Desenvolvimento Territorial Sustentável (IDTS) que, além das variáveis econômicas e sociais, incorpora, também, variáveis ambientais. O ideal é que a construção de um índice de desenvolvimento territorial envolva também variáveis institucionais, de ciência e tecnologia e outras relativas ao desenvolvimento endógeno. Para tanto, para fins de ilustração, a construção do índice de sustentabilidade do território, apresentado nesse texto, considera apenas a análise específica dos indicadores parciais inerentes aos cálculos de 30 variáveis econômicas, sociais e ambientais.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Antes de discutir a elaboração do índice de sustentabilidade é preciso apresentar uma breve contextualização sobre o conceito, modernamente descrito como desenvolvimento sustentável.

A transição para o desenvolvimento sustentável se faz a partir do gerenciamento de crises, partindo de uma mudança imediata de paradigma, passando do crescimento financiado pelo uso de recursos externos (importados) para um crescimento baseado na mobilização de recursos internos. Assim, a crítica ao crescimento econômico selvagem e seus impactos sociais e ambientais estimulam uma extensa literatura e formulação de importantes conceitos sobre a manutenção e conservação dos recursos naturais. Dessa forma, quer seja denominado como ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, a abordagem fundamentada na harmonização entre características sociais, econômicas e ambientais se faz válida desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, e segue pautada nos oito critérios da sustentabilidade parcial, sendo eles: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, política nacional e política

¹⁷⁸ MARTÍNEZ, (2004).

internacional¹⁷⁹.

Dito isto, o monitoramento e avaliação de impactos ambientais, bem como a sua contabilização econômica se tornaram uma exigência no escopo de diferentes estudos de avaliação territorial. No entanto, existe sempre a preocupação com a questão de se saber até que ponto os setores das atividades econômicas comprometem a preservação de equilíbrios socioambientais. Preocupação esta que se traduz na elaboração de indicadores de sustentabilidade¹⁸⁰.

No campo do desenvolvimento sustentável, um indicador adequado, além de uma estatística que define o comportamento de um território deve também agregar, ou mesmo, simplificar, as informações disponíveis e relevantes, tornando-as perceptíveis e quantificáveis. Assim, os indicadores de sustentabilidade fornecem elementos que facilitam a avaliação do progresso das regiões e também do cumprimento dos objetivos/metastas de curto, médio e longo prazo para produzir, simultaneamente, bem-estar humano em sintonia com um ecossistema sustentável¹⁸¹.

Uma das mais importantes contribuições quanto ao uso de indicadores de sustentabilidade foi o desenvolvimento do índice denominado “pegada ecológica”. A metodologia original consistia em construir uma matriz de consumo/uso de terra, considerando cinco categorias principais de consumo (alimento, moradia, transporte, bens de consumo e serviços) e seis categorias principais do uso da terra (energia da terra, ambiente (degradado) construído, jardins, terra fértil, pasto e floresta sob controle), cujo objetivo era calcular a área de terra necessária para a produção e a manutenção de bens e serviços consumidos por uma determinada comunidade territorial¹⁸².

Outro indicador, considerado de grande importância na discussão sobre sustentabilidade de países, é o Índice de Sustentabilidade Ambiental. Este indicador envolve cinco dimensões: sistemas ambientais, estresses, vulnerabilidade humana, capacidade

¹⁷⁹ SACHS (2008,2009).

¹⁸⁰ ROMEIRO (2004).

¹⁸¹ MARTÍNEZ, (2004).

¹⁸² REES (1992); SICHE et al (2007).

social e institucional e responsabilidade global¹⁸³. Já os chamados Indicadores de Desempenho Energético ou EMPs (do inglês *Emergy Performance Index*), Renovabilidade e Índice de Sustentabilidade Energética¹⁸⁴, consideram o sistema econômico como um sistema termodinâmico aberto e contabilizam os fluxos dos recursos da economia em unidades de energia agregada¹⁸⁵. Estudos e propostas para avaliar a sustentabilidade, em nível global, foram e tem sido realizada utilizando a análise energética como ferramenta¹⁸⁶.

Cabe lembrar que os indicadores são um conjunto de sinais que facilitam a avaliação do progresso de um determinado território na busca pelo desenvolvimento sustentável, sendo ferramentas cruciais no processo de identificação de problemas, formulação de políticas, implementação e avaliação das mesmas¹⁸⁷. Em síntese, para que indicadores sejam instrumentos de um processo de mudança rumo ao conceito de desenvolvimento sustentável, eles devem congrega características que permitam: mensurar diferentes dimensões de forma a apreender a complexidade dos fenômenos sociais; possibilitar a participação da sociedade no processo de definição do desenvolvimento; comunicar tendências, subsidiando o processo de tomada de decisões; e relacionar variáveis para obtenção de dados mais condizentes com a realidade mutável com a qual os territórios se deparam.

A ESTIMATIVA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Com relação ao levantamento dos dados, em geral a construção do IDTS pode ser caracterizada como uma ação de pesquisa exploratória e descritiva, pois busca a compreensão de fenômenos sociais, econômicos e ambientais a partir da localização, avaliação e

¹⁸³ SICHE et al. (2007); VEIGA (2009).

¹⁸⁴ BROWNA e ULGIATIB (1997).

¹⁸⁵ SICHE et al. (2007).

¹⁸⁶ ULGIATI et al. (1994); BROWN e McCLANAHAM (1996); BROWN e ULGIATI (1999); SICHE e ORTEGA (2005; 2006).

¹⁸⁷ GUIMARÃES e FEICHAS (2009).

síntese dos dados e informações em determinado período de tempo e espaço territorial. Em geral, as informações estatísticas para a construção do IDTS podem ser coletadas de bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)* e da *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego*.

A definição da escala dos territórios, em termos de áreas físicas, limites, classificação e características conceituais dependerá da base conceitual usada em cada pesquisa e nos elementos que serão usados para delimitar a área de estudo. Para ilustrar o IDTS vamos supor que o município seja a escala territorial. Quanto à escolha de períodos, o ideal é a comparação de pelo menos dois períodos para permitir a análise do comportamento da sustentabilidade territorial e suas respectivas modificações. Isto posto, a estimativa do IDTS utiliza as variáveis que serão descritas nas equações.

Com base na escolha das variáveis, estima-se o IDTS a partir dos indicadores parciais econômico, social e ambiental. As equações que compõem cada indicador foram extraídas, adaptadas e ampliadas de estudos sobre o desenvolvimento regional¹⁸⁸. O indicador parcial econômico (*IEi*), comporta variáveis que descrevem a situação econômica do território, permitindo apontar as condições que o mesmo possui para crescer, a partir dos investimentos em: infraestrutura, saúde, educação, pesquisa e desenvolvimento, geração de emprego e a preservação dos recursos naturais. Ou seja, leva em consideração tanto investimento em capital físico, quanto humano, e, consequentemente, os resultados em emprego e produção. Supondo o município como o componente da escala territorial, o Indicador Parcial Econômico (*IEi*) é estimado a partir de um conjunto de subindicadores, conforme apresentado na equação 01.

$$IEi = (IEFI + ICMS + IFPM + IDOT + ICES + IPIBpc + IVA +$$

¹⁸⁸ RODRIGUES e FERRERA DE LIMA (2013, p.185-188).

$$IVEC + ISEF + IROT) * P(01)$$

Em que:

IEi = Indicador Parcial Econômico; *IEF* = Indicador do Emprego Formal do município *i*; *IICMS* = Indicador do ICMS do município *i*; *IFPM* = Indicador do Fundo de Participação do Município *i* em relação ao conjunto do território; *IDOT* = Indicador das Despesas Orçamentárias do Município *i*; *ICES* = Indicador do Consumo de Energia Setorial do município *i*; *IPIBpc* = Indicador do PIB per capita do município *i* no conjunto do território *i*; *IVA* = Indicador do Valor Adicionado do Município *i* no conjunto do território; *IVEC* = Indicador da Vitalidade da Economia no Município *i* no conjunto do território; *ISEF* = Indicador do Saldo Migratório de Emprego no Município *i* no Estado *i*; *IROT* = Indicador da Receita Orçamentária do Município *i* no Estado *i*; e *P* = Participação da variável *Wi* do Município *i*.

O Indicador Parcial Social (*ISi*) apresentado na equação 02, indica, mediante uma série de variáveis e subindicadores de cunho humano e social o perfil do desenvolvimento social de cada município ou espaço territorial.

$$ISi = (IPU + IPR + ITEFEF + ICER + IDSS + IDAP + IDEC + IDDL + IMF + IIDHM) * P(02)$$

Em que:

ISi = Indicador Parcial Social; *IPU* = Indicador da População Urbana do município *i*; *IPR* = Indicador da População Rural do município *i*; *ITEFEF* = Indicador da Taxa de Frequência do Ensino Fundamental do município *i*; *ICER* = Índice de Consumo de Energia elétrica Residencial do município *i*; *IDSS* = indicador de Despesa com Saúde e Saneamento do município *i*; *IDAP* = Indicador de Despesa com Assistência social e Previdência do município ou território *i*; *IDEC* = Indicador de Despesa com Educação e Cultura do

município em relação ao conjunto do território ; IDDL = Indicador de Despesa com Desporto e Lazer do município i em relação ao conjunto do território; IMF= Indicador de Mortalidade infantil do município i; IIDHM = Indicador de Desenvolvimento Humano do município i; P = participação da variável W_i do município no conjunto do território.

O Indicador Parcial Ambiental (IA_i) apresentado na equação 03, contém variáveis que definem a situação do meio ambiente territorial. A análise dos subindicadores parciais é fundamental para destacar as particularidades e gargalos municipais e revelar fatores que devem ser melhorados para que as regiões tenham níveis avançados de desenvolvimento sustentável.

$$IA_i = (IS + IEFM + IPH + IAE + IAEB + IDDD + IRM + IDCL + IAV + IGRS) * P(03)$$

Em que:

IA_i = Indicador Parcial Ambiental; IS= Indicador da produção de Silvicultura do município i; IEFM = Indicador de Estabelecimentos com Florestas e Matas naturais e artificiais do município i; IPH= Indicador da Poluição Hídrica do município i; IAE= Indicador de abastecimento de Água Encanada (potável) no município i; IAEB= Indicador de Abastecimento de água encanada (potável) e Banheiro no município i; IDDD= Indicador de Densidade Demográfica >2 dos Domicílios no município i; IRM= Indicador de Risco das Moradias inadequadas no município i; IDCL= Indicador de Domicílios com Coleta de Lixo no município i; IAV= Indicador de Área Verde por habitante no município i; IGRSU= Indicador de Geração de RSU no município i; e P = Participação da variável W_i do município i.

O índice de participação da variável W_i do município “i” (P) e o índice da variável W_i do município “i” (IPW_i) foram estimados por meio das equações (04) e (05).

$$P = \frac{W_i}{\sum_{i=n}^j W_i} \quad (04)$$

Em que:

W_i = é o valor da variável no município, e, ΣW_i = corresponde ao valor total do conjunto do território.

$$IPW_i = \frac{W_{i-W_{min}}}{W_{max.} - W_{min.}} \quad (05)$$

Em que:

IPW_i = indicador da variável W do município i ; W_i = participação da variável W do município i ; W_{min} = corresponde à participação do município com o menor valor; e, W_{max} = é a participação do município com o maior valor.

Após as estimativas, o Índice de Desenvolvimento Territorial Sustentável (IDRS) é calculado conforme os resultados das equações (01), (02) e (03) estabelecendo os seus respectivos pesos, de acordo com a equação (06):

$$IDRS_i = (IE_i * 0.33) + (IS_i * 0.33) + (IA_i * 0.33) \quad (06)$$

Considerando os resultados da equação (6), o IDTS é classificado em três categorias que representam o estágio de desenvolvimento sustentável do território. No Quadro 01 é apresentada a classificação do IDTS.

Quadro 01 – Classificação do Indicador de Desenvolvimento Territorial Sustentável (IDTS)¹⁸⁹

$IDRS \geq 0.50$	Avançado
$0,10 \leq IDRS \leq 0.49$	Em transição

¹⁸⁹ GUALDA (1995; 2003); FERRERA DE LIMA et al. (2011); RODRIGUES e FERRERA DE LIMA (2013).

IDRS \leq 0.099	Retardatário
-------------------	--------------

Pela classificação proposta no Quadro 01, os municípios que apresentarem IDTS superior a 0.50 serão considerados em estágio avançado de desenvolvimento territorial sustentável, ou seja, apresentam uma dinâmica suficiente da sua base produtiva com avanços econômicos, sociais e ambientais. Os municípios que apresentaram IDTS entre 0.10 e 0.49 serão classificados como em transição, ou seja, apresentam uma estrutura econômica, social e ambiental em evolução que faz com que sua dinâmica de sustentabilidade seja menor que os municípios avançados. Os municípios com IDTS abaixo de 0.099 serão considerados como em estágio retardatário, pois encontram dificuldades em atrair e reter recursos, o que dificulta seu processo de desenvolvimento socioeconômico e sustentável¹⁹⁰.

Frente à possibilidade de resultados, o IDTS será um instrumento útil para a avaliação de políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Embora se identifique que alguns territórios ainda primem pela eficiência econômica seguida da social, em detrimento da qualidade da gestão ambiental; uma vez que a gestão ambiental ainda seja vista de modo dissociado do ambiente econômico, é preciso levar em consideração que este não atua independentemente do sistema natural que lhe sustenta. Ao contrário, o sistema econômico interage com o meio ambiente, extraindo recursos naturais (componentes estruturais do capital físico), energia e devolve resíduos. Assim, uma correta gestão ambiental, seja na preservação de recursos, tratamento e aproveitamento de resíduos, implica na possível evolução dos índices econômicos e sociais, já que este está intrinsecamente ligado a todos os setores produtivos e entre as demandas sociais inerentes ao desenvolvimento territorial.

A aplicação da metodologia do IDTS demonstrará quais são

¹⁹⁰ GUALDA (1995); 2003; FERRERA DE LIMA et al. (2011); RODRIGUES e FERRERA DE LIMA (2013).

as possíveis limitações e potencialidades para o desenvolvimento sustentável territorial, pois a partir da base metodológica utilizada será possível apontar os espaços que necessitam de políticas públicas, visando o desenvolvimento econômico, social e/ou ambiental, para que o território possa se desenvolver de forma sustentável e sustentada.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. (2007). Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A.C.; FILHO, N.A. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, p. 19-38.

ALMEIDA, E. (2012). **Econometria espacial aplicada**. Campinas: Alínea.

ANDRADE, M. C. D. (2002). Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: **Território: globalização e fragmentação**. SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). 5ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec-Annablume.

ANGEON, V. (2008). L'explicitation du role des relations sociales dan les mecanismes de development territorial. **Revue d'Économie Régionale e Urbaine**, nº20, p.237-250.

ARAUJO, M. C. S. D. (2008) Capital social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

ÁVILA, L. V.; WESENDONCK, C. C.; MADRUGA, L. R. R. G.; SILVEIRA, J. S. T. DA SILVA, R. B. (2013). A experiência de um Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE – No Estado do Rio Grande do Sul. **HOLOS**, vol. 29, nº 2.

AYDALOT, P. (1985). **Économie régionale et urbaine**. Paris: Économica.

BARQUERO, A. V. (1988). **Desarrollo local**: Una estrategia de creación de empleo. Madrid: Ed. Pirámide.

BARQUERO, A. V. (2000). Desarrollo endógeno y globalización **Estudios Urbanos Regionales**, vol. 26, nº 79, p. 08-19.

BARQUERO, A. V. (2002). **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

BECKER, B. (2001). A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C; LOBATO, R.C. (org.). 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (2008). **Desenvolvimento Regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

BECKER, G. (1975). **Human Capital**. New York: Columbia University Press.

BECKER, G. (1962). Investment in human capital: A theoretical analysis. **The Journal of Political Economy**, vol. 70, p. 9-49.

BENKO, G. (1999). **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec.

BIRKNER, W. M. K.; RUDNICK, L. T. (2009). **Algumas reflexões sobre o desenvolvimento socioeconômico do Planalto Norte Catarinense**. In: III Encontro de Economia Catarinense, 2009, Blumenau.

BOIFFIN, J. (2009). Conclusion et perspectives. In: MOLLARD, A. ; PECQUEUR, B. (org.) **Le développement régional**: enjeux de recherche et d'acteurs. Edition Quae: Versailles.

BOISIER, S. (1989). Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional**: teoria e métodos de análise. Belo Horizonte: BNB/Cedeplar, p. 32-46

BOISIER, S. (1992). El desarrollo territorial a partir de la construcción del capital sinérgico. **Revista Redes** vol.4, nº1, p. 05-22.

BOISIER, S. (1992). **El difícil arte de hacer región**. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos.

BOISIER, S. (1996). Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. In: **Planejamento e políticas públicas**, nº 13, p. 111 – 143.

BOISIER, S. (2001). **Desarrollo (local)?** De que estamos hablando? Buenos Aires: Centro de estudios desarrollo y territorio.

BOISIER, S. (2006). **Desenvolvimento**. In: SIENDENBERG, D. R. (org.). **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

BOURDIEU, P. (1980). Le capital social: notes provisoires. **Actes de La Recherche em Sciences Sociales**, nº 31, p. 2-3.

BOURDIEU, P. (1983). **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Zero.

BOURDIEU, P. (2010). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRANDÃO, C. A. (2004). Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, nº 107, p. 57-76.

BRANDÃO, C. A. (2008). Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, vol. 15, p. 145-157.

BRASIL. Lei Nº 7.486 de 06 de junho de 1986. Aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: MP, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2006). **Classical Model, Technical Progress and Distribution**. Economic Growth and Distribution: On the Nature and Causes of the Wealth of Nations Conference. Lucca, p. 16-18.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2008). **Crescimento e desenvolvimento econômico**. In.: Bresserpereira.org.br.[pdf]. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>>. Acesso em: 11, Jun. 2016.

BROSE, M. (2000). **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC.

BROWN, M. T.; MCCLANAHAM, T. R. (1996). Emergency Analysis perspectives of Thailand and Mekong River dam proposals. **Ecological Modelling**, vol. 91, p. 105-130.

BROWN, M. T.; ULGIATI, S. (1999). Emergy evaluation of the biosphere and natural capital. **Ambio**, vol. 28, nº 06, p. 486-493.

BROWNA, M. T.; ULGIATIB, S. (1997). Emergy-based indices and ratios to evaluate sustainability: monitoring economies and technology toward environmentally sound innovatio. **Ecological Engineering**, vol. 9, p. 51-69.

CALDAS, E. de L. (2014). Desenvolvimento local: concepção, avanços e desafios. In: **Seminário de Políticas Públicas de qualificação**. Instituto POLIS. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/51.pdf>>. Acesso em: 12 dezembro 2014.

CAMPOS, I. M.; VALADARES, E. C. (2007). **Inovação tecnológica e desenvolvimento econômico**. (Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007-2013). Belo Horizonte: UFMG.

CASTRO, I.E. (2001). O problema da escala. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. (org.) **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.15-37.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. (1998). **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégia para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas.

CHESSNAIS, F. (1996). **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã.

COASE, R. H. (1937). The Nature of the Firm. **Economica New Series**, vol. 4, nº. 16, p. 386-405.

COLEMAN, S. J. (1988). **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press.

COLEMAN, J. S. (1999). Social capital in the creation of human capital. In.: LESSER, L. L. (org.) **Knowledge and Social Capital: Foundations and Applications**. Boston: Butterworth Heinemann.

COLEMAN, J. S. (1988). Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, vol. 94, p.95-120.

CORRÊA, R.L. (2002). **Região e organização espacial**. 7ª. Ed. São Paulo: Ática.

COULANGES, F. (2004). **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret.

COWAN, R. (2007). Network, models of innovation and knowledge diffusion. In.: BRESCHI, S.; MALERBA, F. (Org.). **Clusters, Networks, and Innovation**. New York: Oxford University Press.

CROCCO, M. A., GALINARI, R., SANTOS, E, LEMOS, M. B. & SIMÕES, R. (2006). Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia**, vol.16, p.211-24.

DALLABRIDA, V. R. (2007). A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. 11, nº 245.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. (2003). Governança Territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Revista Desenvolvimento em Questão**, ano 1, nº 2, p. 73-98.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. (2007). Redes institucionais de apoio ao desenvolvimento territorial: estudo de caso a

partir da análise de dinâmica territorial de desenvolvimento de um âmbito espacial periférico (Sarandi/RS/Brasil). **Revista Territórios**, p.225-248.

DALLABRIDA, V. R. (2010). **Desenvolvimento regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

DALLABRIDA, V. R. (2011). **Governança territorial e desenvolvimento**: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. In: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos (CODE 2011). Brasília.

DEAN, W. (1996). **A ferro e fogo: A história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras.

DINIZ, E. (1995). Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos nos 90. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 38, nº 3, p. 385-415.

DOLABELA, F. (1999). **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores Associados.

DORNELAS, J. C. (2017). **Empreendedorismo corporativo**. Disponível em:<<http://www.empreende.com.br/ec>>. Acesso em: 05 fevereiro 2017.

DURANDO, F. (2005). **A Grécia antiga**. São Paulo: Editora Folio.

ENDEAVOR BRASIL. (2014). **Índice de cidades empreendedoras**. Disponível em:< <http://info.endeavor.org.br/ice2014>>. Acesso em: fev. 2017.

ENGEL, V.; STOFFEL, J (2011). Articulação das forças locais em favor do desenvolvimento endógeno: o caso do PMDS em Horizontina. In.: **FAHOR**. Disponível em: <http://www.fahor.com.br/publicacoes/jopec/2011/Artigos/ARTICULA_CAO_DAS_FORCAS_LOCAIS_EM_FAVOR_DO_DESENVOLVIMENTO_ENDOGENO_.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

EUSTACE, C. (2000). **The Intangible Economy: Impact and Policy Issues, Report of the European High Level Expert Group on the Intangible Economy**. Disponível em: <<http://www.euintangibles.net/publications/>>. Acesso em: 03 fevereiro 2017.

EVANS, P. (1996). Carreira, Sucesso e Qualidade de Vida. **Nova Era**, vol. 36, nº 03, p. 14-22.

FAUSTO, B. (2012). **História concisa do Brasil**. – 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, A. S. A. (2000). A comunidade cívica em Walter e Putnam. **Lua Nova**, nº 51, p. 71-96.

FERRERA DE LIMA, J. (2011). Clusters territoriais: elementos para reflexão. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, vol. 33, p. 199-204.

FERRERA DE LIMA, J. (2012). **Géoéconomie et développement regional**. Paris: Publibook.

FERRERA DE LIMA, J. (2011). Notas sobre os territórios na análise geoeconômica. **Publicatio UEPG Ciências Sociais Aplicadas**, vol. 19, nº01, p. 47-51.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; EBERHARDT, P.H.C.; DEL

BIANCO, T. S. (2011). Mensurar as desigualdades regionais no Brasil: proposta metodológica. In: V Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional, 2011, Santa Cruz do Sul. **Anais...** V SIDR 2011. Santa Cruz do Sul: UNISC, vol. 01, p. 180-195.

FERREIRA, E. PESSÔA, V. (2012). Capital social e desenvolvimento territorial: uma abordagem teórico-conceitual. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, vol. 7, nº 14, p. 1-33.

FIGUEIREDO, A. M. (2009). As políticas e o planejamento do desenvolvimento regional. In.: COSTA, J. da S.; NIJKAMP, P. (Org.). **Compêndio de economia regional: teoria, temáticas e políticas**. Vol. 1, Coimbra: Principia.

FRIEDMANN, J. (1999). **Empowerment** – The politics of alternative development. Oxford: Blackwell Publishers.

FUKUYAMA, F. (2001). **Social capital, civil society, and development**. Third World Quarterly.

FURTADO, C. (1989). **Formação Econômica do Brasil**. 23ª.ed. São Paulo: Editora Nacional.

FURTADO, C. (1961). **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

FURTADO, A. T.; CARVALHO, R. Q. (2005). Padrões de intensidade tecnológica da indústria brasileira: um estudo comparativo com os países centrais. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 19, nº1, p. 70-84.

GARCIA, R.; ARAÚJO, V.; MASCARINI, S.; SANTOS, E. (2011). Os efeitos da proximidade geográfica para o estímulo da interação universidade-empresa. **Revista de Economia**, vol. 37, nº especial, p. 307-330.

GIORDANI, M.C. (1996); **História da Ásia anterior aos descobrimentos**. Petrópolis: Vozes.

GIRARDI, S. (2010). **Inovação na administração pública municipal: estudo de casos em municípios do estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Paraná: Curitiba.

GOTTMANN, J. (1975). The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, vol.14, nº 3, p. 29-47.

GROOTAERT, C.; BASTELAER, T. V. (2001). Understanding and measuring social capital: a synthesis of findings and recommendations from the social capital initiative. **Working Paper n. 24**. Washington, D.C.: World Bank Poverty Net Document Library.

GUALDA, N. L. (2003). O índice de desenvolvimento regional como fator de identificação de polos de crescimento regionais - uma tentativa de identificação para a economia paranaense. In: II Encontro de Economia Paranaense, 2003, Maringá. **Anais ECOPAR**. Maringá: TAC - Multimídia, p. 566-583.

GUALDA, N. L. P. (1995). IDR – Proposta metodológica. **Texto para Discussão**. Programa de Mestrado em Economia - PME. Universidade Estadual de Maringá.

GUIISO, L. SAPIENZA, P. ZINGALES, L. (2011). Civic capital as the missing link. In: BENHABIB, J. BISIN, A. JACKSON, M (org.). **Handbook of social economics**. North Holland: San Diego, p.417-480.

HADDAD, P.R. (2009). Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de economia**, vol. 35, nº3, p.119-146.

HANUSHEK, E. A.; KIMKO, D. D. (2000). Schooling, labor-force

quality and the growth of nations? **The American Economic Review**, vol. 90, nº 5, p.1184–1208.

HAESBAERT, R.; GONÇALVES, C. W. P. (2004). Desterritorialização, ultiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.) **Brasil século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad.

HICKS, J. (1972). **Uma teoria de história econômica**. Rio de Janeiro: ZAHAR.

HIGGINS, S. S. (2005). **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos.

HIRSCHMANN, A. O. (1961). **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

HITT, M. A.; IRELAND, D. R.; HOSKINSSON, R. E. (2002). **Administração estratégica: competitividade e globalização**. São Paulo: Thomson.

HOBSBAWM, E. J. (2010). **A era das revoluções, 1789 – 1848**. São Paulo: Paz e Terra.

HOBSBAWM, E. J. (1995). **Era dos extremos, 1914 – 1991**. São Paulo: Paz e Terra.

ILHA, P. C.; FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. (2008). A cooperativa como um agente de capital social local: um estudo da percepção de dirigentes, cooperantes e comunidade da Cooperativa Agroindustrial Copagrill de Marechal Cândido Rondon-PR. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, nº115, p.101-123.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2004). **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. 2ºed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

ISNARD, H., RACINE, J-B., REYMOND, H. (1981). **Problematique de la geographie**. Paris: PUF.

JANNUZZI, P. (2003). **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 2º ed. Campinas: Alínea Editora.

JEAN, B. (2008). Le développement territorial: Une discipline scientifique émergente. In : PROULX, M.U. (org.) **Sciences des Territoires**. Québec : Presses de l'Université du Québec, p. 283-313.

KRUGMAN, P.; FUJITA, M.; VENABLES, A. J. (2002). **A economia espacial**: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura.

KOTLER, P.(1994). **Mercadotecnia de las localidades**. México: Diana.

LIBERATI, A. M.; BOURBON, F. (2005). **A Roma antiga**. São Paulo: Editora Folio.

LIMA, M. J. de L.; SOUZA, O. T. de. (2015). Tipologia de políticas públicas como instrumento de gestão, execução, coordenação e avaliação do desenvolvimento regional: uma Aplicação para o Rio Grande do Sul. In.: **Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional**: um referencial teórico. Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/eeg/download/Mesa6/Tipologia_de_Politicas_Publicas_como_Instrumento_de_Gestao_Execucao_Coordenacao_e_Avaliacao_do_Developolvimento_Regional-

Uma_aplicacao_para_o_RS.pdf>. Acesso em: 22, ago. 2016.

MARTÍNEZ, R. Q. (2004). Indicadores de sustentabilidade: avanços e desafios para a América Latina. In: ROMEIRO, A. R. (Org.). **Avaliação e contabilização de impactos ambientais**. Campinas: Editora da UNICAMP, p.252-270.

MANKIW, N.G; ROMER, D.; WEIL, D.N. (1992). A contribution to the empirics of economic growth. **The Quarterly journal of economics**, vol.107, nº2, p.407-437.

MARINI, M.; SILVA, C. (2010). Políticas públicas e arranjos produtivos locais: uma análise do APL de confecção sudoeste do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, nº118, p.87-112.

MARX. K; ENGELS. F. (2010). **Manifesto do partido comunista**.. São Paulo: Hedra.

MERLEAU-PONTY. (1964). **Le visible et l'invisible**. Notes de travail. Paris : Galimard.

MINCER, J. (1981). **Human capital and economic growth**. Working Paper nº 803, Massachusetts: National Bureau of Economic Research.

MOREJON, C. F. M.; FABRIS, C. S.; LAUFER, A (2014). - **O potencial dos resíduos da atividade doméstica do Brasil e sua relação com os créditos de carbono**. Disponível em: http://www.porthuseventos.com.br/site/eventos/2007/bioenergia/pt/trabalhos/artigomorejon_et_al_unioeste-2007-c-i-bioenergia.doc. Acesso em 20 de outubro 2014.

MYRDAL, G (1968). **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Saga.

MYRDAL, G. (1965). **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga.

NAHAPIET, J; GHOSHAL, S. (1997). Social capital, intellectual capital and the creation of value in firms. **Academy of Management Proceedings**, p. 35 – 39.

NAKABASHI, L.; FIGUEIREDO, L. (2008). Mensurando os impactos diretos e indiretos do capital humano sobre o crescimento. **Economia Aplicada**, vol. 12, nº 1, p. 151-171.

NAKABASHI, L. (2005). Três ensaios sobre o capital humano e renda por trabalhador. Belo Horizonte, 2005. **Tese** (doutorado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.

NAKABASHI, L.; SALVATO, M. A. (2007). Human capital quality in the Brazilian States. **Revista Economia**, vol. 8, nº 2, p. 211-229.

NATIONAL STATISTICS (2001). **Social capital: a review of the literature**. Social Analysis and Reporting Division Office for National Statistics, October.

NELSON, R.; PHELPS, E. (1966). Investment in humans, technological diffusion, and economic growth. **The American Economic Review**, vol.56, nº 1/2, p. 69-75.

NORTH, D (1977). Teoria da localização e crescimento econômico regional. In.: SCHWARTZMAN, J. (org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, p. 291-313.

NORTH, D. (1990). **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press.

NURKSE, R. (1952). **Some aspects of capital accumulation in Underdeveloped Countries**, Cairo: BDE.

OECD (1993). **Territorial development and structural change**, Paris: OECD.

OLIVEIRA, A. U. (1999). A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F.A (org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto.

OLSON, M. (1996) **The rise and decline of nations**. New Haven: Yale University Press.

PAIVA, V. (2001). Sobre o conceito de capital humano. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 113, p. 185-192.

PECQUEUR, B. (2005). O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10–22.

PERROUX, F. (1967). **A economia do século XX**. Porto: Herder.

PERROUX, F. (1970). The concept of growth pole. **Regional Economics: theory and practices**. New York: Free press, p.93-110.

PIACENTI, C. A (2012). Indicadores de desenvolvimento endógeno. In: **Análise Regional: Metodologias e Indicadores**. PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (org.). Curitiba: Camões.

PIFFER, M.; ALVES, L. R. (2009). Política deliberativa: Um Instrumento da Democracia para o Desenvolvimento Regional. **Temas & Matizes**, vol. 8, p. 45-62.

PIFFER, M. (2011). A face institucional do desenvolvimento regional. In.: SIEDENBERG, D.; LONDERO, V. (Org.). **Desenvolvimento Regional: Discussões e Reflexões**. Pelotas: Ed. Universitária PREC/UFPEL.

PUTNAM, R. D. (2000). **Bowling alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster.

PUTNAM, R. D. (1996). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 1º ed. Rio de Janeiro: FGV.

PUTNAM, R. D. (2005). **Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna**. 4º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

RAFFESTIN, C. (2006). **Le territoire selon**. In: www/hypergeo.free.fr/article.php3n.396, acessado em 16 de janeiro de 2006.

RAFFESTIN, C. (1993). **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática.

RAIHER, A.P (2009). A evolução do capital humano e a sua importância no crescimento econômico das microrregiões paranaenses no período de 1999 a 2006. 143 f. **Tese** (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RAIHER, A.P.; FERRERA DE LIMA, J. (2014). Desenvolvimento humano municipal no Sul do Brasil: evolução recente e o círculo vicioso da pobreza. **Revista Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, vol. 36, nº 2, p.147-154.

REES, W. E. Ecological footprints and appropriated carrying capacity: what urban economics laves Out. **Environment and Urbanization**,

vol. 4, p. 121-130, October 1992.

ROCHA, J. D. (2010). A importância do capital institucional na sustentabilidade do desenvolvimento territorial. **Sustentabilidade em debate**, p. 63-77.

ROCHA, J. D. (2008). **Estratégias territoriais de desenvolvimento e sustentabilidade no semiárido brasileiro**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) . Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

RODRIGUES, K.F.; FERRERA DE LIMA, J. (2013). Índice de desenvolvimento regional sustentável: uma análise das mesorregiões do Estado do Paraná no período de 2002 a 2008. **Revista Geografar**, vol. 8, nº 1, p.175-202.

ROMEIRO, A. R. (2004). **Avaliação e contabilização de impactos ambientais**. Campinas (SP): Editora UNICAMP, p. 10-29.

ROTH, A. M.; POPESCU, A. (2012). The development of intangible assets through the cohesion policy. **Conference Proceedings: Crisis Aftermath: Economic policy changes in the EU and its Member States**, Szeged, p. 456-464.

ROVER, O. J. (2007). Redes de poder e governança local: Análise da gestão político-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na Região Oeste de Santa Catarina/Brasil. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RUA, J. (2003). Seguindo novos caminhos: transformações territoriais e modernização no município de Quissamã – RJ. Uma contribuição para o desenvolvimento local. 336 f. **Tese** (Doutorado em Geografia).

PPGG-USP.

RUA, J. (2002). Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G.J; RIBEIRO, M.F. (org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Infobook Ltda.

SACHS, I. (2009). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro (RJ): Garamond, p. 47-65.

SACHS, I. (2008). **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro (RJ): Garamond, p. 09-23.

SAGAN, C. (1996). **Pálido ponto azul – uma visão do futuro da humanidade no espaço**/ Carl Sagan. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, F. F. (2003). **Capital social: vários conceitos, um só problema**. Dissertação (Mestrado em administração pública e governo). Escola de administração e empresas de São Paulo. São Paulo.

SANTOS, M. (2004). **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. (1999). O Território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos do IPPUR**, ano XII, nº2, p.15-86.

SANTOS, M. H. de C. (1997). Governabilidade, governança e democracia: criação da capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós- constituinte. **DADOS Revista de Ciências Sociais**, vol. 40, nº 3, p. 335-376.

SAQUET, M. A. (2007). As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, vol. 22, nº 43, p 55-76.

SAXENIAN, A. L. (1996). **Regional advantage: culture and competition in Silicon Valley and Route 128**. Cambridge: Harvard University Press.

SCHMIDT, J. P. (2003). Capital social e políticas públicas. In: REIS, J. R.; LEAL, R. G. (Org.). **Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Tomo 3. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

SCHNEIDER, S; TARTARUGA, I. G. P. (2005). Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. In: **Jornadas de Intercambio y discusión: el desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial**, FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, 2005.

SCHULTZ, T. W. (1961). Investment in human capital. **The American Economic Review**, vol. 51, nº 1, p. 1-17.

SCHULTZ, T. W. (1963). **Valor económico de la educación**. Trad. Sonia Tancredi. México: Unión Tipográfica Editorial Hispano Americana.

SCHUMPETER, J. A. (1985). **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural.

SCHUMPETER, J. A. (1978). **The theory of economic development**. London: Oxford University Press.

SCHUMPETER, J. A. (1982). **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural.

SEBRAE (2015). Economia, mercado de trabalho e empreendedorismo no Rio de Janeiro. **Nota Conjuntural**, nº37. São Paulo: SEBRAE.

Disponível em:
<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/SEBRAE_CE_mail5_eco_merc_trab_RJ.pdf>. Acesso fev. 2017

SEHNEM, S. (2011). **Análise dos recursos, estratégias ambientais e desempenho de organizações**. Tese (Doutorado em Administração e Turismo) – Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu.

SEN, A. K. (2000). **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SIEDENBERG, D. R. (2012). **Desenvolvimento sob múltiplos Olhares**. Ijuí: Ed. Unijuí.

SIEDENBERG, D. R. (2003). Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Revista Desenvolvimento em Questão**, ano 1, nº 1, p. 05-16.

SIEDENBERG, D. R. (2006). **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

SICHE, R.; AGOSTINHO, E.; OTEGA, E.; ROMEIRO, A. (2007). Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Revista Ambiente & Sociedade**, nº 2, p. 137-148.

SICHE, J. R.; ORTEGA, E. (2016). O índice de sustentabilidade energética como ferramenta para avaliar a sustentabilidade dos países da América Latina. In: Seminário Internacional Ciência e Tecnologia na América Latina, 2., 2005, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2005.

Disponível em:
<http://www.correi.unicamp.br/CT/resul_trbs.php?cod=214>. Acesso em: Maio 2016.

SICHE, J. R.; ORTEGA, E. (2006). **Energy sustainability**. BIENNIAL EMERGY ANALYSIS CONFERENCE, Gainesville, Florida: The Center for Environmental Policy, University of Florida, p. 1-11.

SILVA, L. N. S.; BORGES, M. J.; PARRÉ, J. L. (2013). Distribuição espacial da pobreza no Paraná. In: **Anais do XVI Encontro de Economia da Região Sul** – Anpec Sul, Curitiba.

SOUZA, E. B. C.; GEMELI, V. (2011). Território, região e fronteira – Análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol.13, nº2, p. 101-116.

SOUZA, M. L. (2001). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

STORPER, M.; HARRISSON, B. (1994). Flexibilidade, hierarquia e desenvolvimento regional. In.: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs). **As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta.

SURINACH, J.; MORENO, R. (2011). The role of intangible assets in the regional economic growth. **Investigaciones Regionales**, vol.20, p. 165-193.

SUZIGAN, W; FURTADO, J; GARCIA, R; SAMPAIO, S. (2006). Inovação e conhecimento: Indicadores regionalizados e aplicação a São Paulo. **Revista Economia contemporânea**, vol.10, nº 2, p.323-356.

STIGLITZ, J. E. (2000). Formal and informal institutions. In: DASGUPTA, P. & SERAGELDIN, I. (org.). **Social Capital: A Multifaceted Perspective**. Washington D.C.: The World Bank. p. 59-70.

STORPER, M (1995). **Territorial development in the global learning economy**: the challenge do developing countries. Virginia: Regional Research Institute of West Virginia University.

TABELLINI, G. (2005). Culture and institutions: economic development in the regions of Europe. **CESIFO Working Paper N°. 1492** Category 5: Fiscal policy, macroeconomics and growth.

TEIXEIRA, A. (1999). **Capital humano e capacidade de inovação**: Contributos para o estudo do crescimento económico português, 1960-1991. Lisboa: Conselho Económico Social.

THOMAZ, J.A. (2004). A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, vol.19, nº37, p. 7-26.

TOLOSA, H. C. (2001). **Polos de crescimento**: Teoria e Política Económica. São Paulo: EGRT.

TONUCCI FILHO, J. B. (2013). Espaço de território: um debate em torno de conceitos chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, vol. 2, nº 01, p.41-51.

ULRICH, D. (1998). Intellectual capital: competence x commitment. **Sloan Management Review**, vol.39, nº2, p. 15-26.

VALE, G. (2007). Redes organizacionais e desenvolvimento territorial. **REDES**, vol. 12, nº 3, p. 74 – 98.

VELTZ, P. (1994). Hierarquias e redes na organização da produção e do território. In.: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs). **As regiões ganhadoras**: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia económica. Oeiras: Celta.

VEIGA, J. E. (2009). Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 4 (116), p 421-435.

VEIGA, J. E. (2001). O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, vol. 15, nº 43, p. 16-35.

VESENTINI, J. W. (2004). **Novas geopolíticas**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto.

VIANA, G; FERRERA DE LIMA, J. (2010). Capital humano e crescimento econômico. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 11, nº 2, p. 137-148.

VIEIRA, L.; RIBEIRO, L; BORELLI ZELLER, C. (2012). Capital social e saúde: Associação entre proxys de Capital Social e a taxa de mortalidade por causas externas por agressão e por lesões autoprovocadas em municípios brasileiros com mais 100.000 habitantes. **Anais XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Águas de Lindóia, de 19 a 23 de novembro de 2012.

ULGIATI, S.; ODUM, H. T.; BASTIANONI, S.(1994). Emergy use, environmental loading and sustainability. An emergy analysis of Italy. **Ecological Modelling**, vol. 73, p. 215-268.

WESENDONCK, C. C. (2009). **O processo de participação popular (PPP) como fator de desenvolvimento socioeconômico nos COREDES RS: direcionamentos, referências e indicadores**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento. UNIJUÍ – Ijuí.

WESENDONCK, C. C.; BARCHET, I.; WIECHORK, S.; CARNAVALE, R. (2015). **Análise do IDHM (1991 a 2010) do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai**.

Disponível

em:

<<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13407/2574>>. Acesso em: 21 março 2016.

WILLIAMSON, O. E. (2002). The Theory of the Firm as Governance Structure: From Choice to Contract. **Journal of Economic Perspectives**, vol. 16, nº 3, p. 171-195.

WILLIAMSON, O. E. (1979). Transaction-cost economics: The governance of contractual relations. **Journal of Law and Economics**, vol. 22, p. 233-261.

OS AUTORES E ORGANIZADORES

Augusta Pelinski Raiher: natural de Ponta Grossa (PR). Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação Araucária (PR). Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do curso de Economia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: apelinski@gmail.com

Bernardo Soares Bidarra: natural de Toledo (PR). Bolsista de iniciação científica da Fundação Araucária (PR) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Assistente de pesquisa do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Graduação em Ciências Econômicas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: bernardobidarra@hotmail.com

Camilo Freddy Mendoza Morejon: natural de Oruro (Bolívia). Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em Engenharia Química pela Universidade Técnica de Oruro (UTO). Bolsista de produtividade

em desenvolvimento tecnológico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Pesquisador do CNPQ, da Fundação Araucária e do Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química e de Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: camilo_freddy@hotmail.com

Claudia Cristina Wesendonck: natural de Tenente Portela (RS). Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Desenvolvimento pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Bacharel em Administração pela Faculdade de Itapiranga (FAI). Atualmente, é professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). E-mail: clauw84@hotmail.com

Felipe Polzin Druciaki: natural de Guarapuava (PR). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista em Gestão Econômica e Financeira pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). Atualmente, é professor da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). E-mail: felipe_polzin@hotmail.com

Francisco André Pedersen Voll: natural de Ponta Porã (MS). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista em História Econômica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Graduado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atua na área de História Quantitativa,

principalmente nos seguintes temas: relações de produção; frentes de trabalho e colonização; história e desenvolvimento regional. Atualmente, é professor do setor de Pós-Graduação da Faculdade Iporã (PR). E-mail: franciscovoll@bol.com.br

Jandir Ferrera de Lima: natural de Palmeira das Missões (RS). Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Québec (UQAC) /Canadá. Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Pesquisador da Fundação Araucária (PR), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), da Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPQ. Pesquisador e fundador do Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) da UNIOESTE. Pesquisador associado do *Centre de Recherche pour le Développement Territorial (CRDT)*/Canadá. Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) e de Economia (PPGE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: Jandir.lima@unioeste.br

Mariângela Alice Pieruccini: natural de Cascavel (PR). Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola (PPGEA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: mpieruccini27@hotmail.com.br

Tatiani Sobrinho Del Bianco: natural de Nova Cantu (PR). Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bacharel em Ciências Econômicas

pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Técnica em Administração pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Perita e Auditora Ambiental pela Globo Verde Ambiental (GVA).E-mail: tatiani.sdelbianco@gmail.com

Walkiria Krüger Corrêa: natural de Urubici (SC). Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestrado, doutorado e pós-doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro (SP). Atualmente, é professora aposentada do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

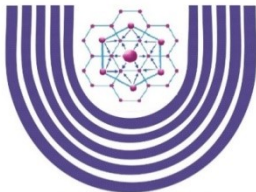
Promoção:



Apoio:



Realização:



Núcleo de Desenvolvimento Regional
unioeste



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



**MESTRADO
EM ECONOMIA**
UNIOESTE



PGDRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-98845-55-5



9 788598 845555